

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

A SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS: a indústria naval no quilombo
Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA

SIDA DA SILVA

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
FEVEREIRO – 2015**

SIDA DA SILVA

**A SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS: a indústria naval no quilombo
Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da UFRB, como requisito final para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dr. Rosy de Oliveira.

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
FEVEREIRO - 2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

S586a Silva, Sida da
Sobreposição de territórios: a indústria naval no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA / Sida da Silva._ Cruz das Almas, BA, 2015.
108f.; il.

Orientador: Rosy de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1. Quilombos – Condições sociais. 2. Quilombos – Condições econômicas. 3. Empreendimentos – Recôncavo baiano (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II. Título.

CDD: 305.896

SIDA DA SILVA

A SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS: a indústria naval no quilombo
Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA

CRUZ DAS ALMAS/BA, APROVADA EM 23 / 02 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rosy de Oliveira (Orientadora)

Prof. Dra. Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo

Prof. Dr. Renato de Almeida

À minha família pela paciência em minhas horas de ausências;

A Rosy de Oliveira pela orientação;

E a Maria Célia, quilombola de Enseada do Paraguaçu, pelas palavras de luta e resistência que motivaram esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir concluir mais esta jornada;

Aos moradores de Enseada do Paraguaçu pelo acolhimento durante as pesquisas de campo;

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da UFRB, em especial ao professor Alexandre Américo Almassy Junior, a Maria Inês Caetano Ferreira e Herbert Toledo Martins, pelas valiosas aulas e textos que tanto suscitaram minhas discussões; e aos professores Jaildo Santos Pereira e Warli Anjos de Souza, pelas críticas construtivas na primeira defesa deste trabalho, as quais impulsionaram novas discussões e melhorias no texto; Ao Professor Warli, na condição de coordenador do curso, agradeço por toda atenção, respeito e celeridade com que atendeu e direcionou as demandas que lhes foram postas;

À minha orientadora Rosy de Oliveira por aceitar orientar a construção desta dissertação, impulsionando-me a árdua tarefa da escrita;

À professora Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo por indicar 'caminhos possíveis' para o desfecho deste trabalho;

Ao professor Renato de Almeida pelas valiosas indicações na avaliação final deste trabalho;

À Fundação de Amparo as Pesquisas do Estado da Bahia (FAPESB), por financiar o projeto de pesquisa que culminou com este trabalho;

A Jobson, secretário do PPGPPSS, pela eterna disposição em orientar os discentes;

Aos meus colegas de turma pelas trocas de experiências, em especial a Adriano Bitencourt, Igor Dantas, João Carlos, João Casas, Joanildo Borges e Walkyria Chagas (minha mana), por terem sido verdadeiros companheiros de jornada;

À minha amiga de sempre, Vanessa Cunha Boaventura;

E por fim, mas não menos importante, à minha família, em especial ao meu filho Reidner e ao meu companheiro Rosival Pinto, pelo apoio de sempre.

“De todas as espécies ameaçadas,
a mais ameaçada, chama-se homem”.

Thiago de Melo

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo central descrever e analisar os impactos sociais e econômicos decorrentes da implantação do estaleiro Enseada Indústria Naval sobre o território quilombola Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA. A pesquisa baseia-se no ponto de vista dos entrevistados, de como eles percebem o Empreendimento e as mudanças decorrentes desta implantação em seu território, partindo do pressuposto teórico do 'nativo relativo' de Viveiros de Castro (2002), no qual o sujeito da pesquisa detém o conhecimento sobre suas condições de vida e o pesquisador age como intérprete deste conhecimento. A delimitação da pesquisa no quilombo Enseada do Paraguaçu baseia-se no fato de que além deste quilombo estar na Área de Influência Direta do Empreendimento Enseada Indústria Naval, também situa-se na Área Diretamente Afetada, ou seja, de intervenção, já que o Empreendimento foi construído em terras historicamente utilizadas pelos quilombolas de Enseada, sobrepondo-se assim ao seu território, suprimindo suas áreas de pesca e mariscagem que são as principais fontes para sua (re) produção histórica e de seu autoconsumo retirado dos mananciais do rio Paraguaçu e de seus afluentes. A abordagem da temática foi desenvolvida em sete capítulos mesclando pesquisa de campo com referenciais bibliográficos no intuito de situar o leitor quanto ao lugar da pesquisa, a reflexão sobre as Políticas que visam à manutenção/preservação dos territórios remanescentes de quilombo na contemporaneidade, que por sua vez esbarram no paradoxo da concepção desenvolvimentista implícita na implantação de Empreendimentos a exemplo da Enseada Indústria Naval, como proposição de desenvolvimento local a partir do aumento da oferta de trabalho, ao tempo em que modifica o espaço de interação social de comunidades e seus meios de sobrevivência mantidas a partir da arte da pesca e da mariscagem. Nas considerações finais, após retomar alguns dos impactos gerados na implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval no território do quilombo Enseada do Paraguaçu, concluiu-se que no cenário vivenciado em Enseada do Paraguaçu, parte da população ao almejar cursos de capacitação que lhes possibilitem uma vaga no Empreendimento, na verdade não está realizando uma "escolha", mas sim, é a que se apresenta para eles como única possibilidade de manutenção da sua unidade familiar, sendo, portanto necessárias ações que assegurem a base financeira da comunidade, desenvolvendo trabalhos já por eles conhecidos e que os mantenham cobertos pela Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais.

Palavras-chaves: Impactos socioeconômicos. Territórios. Quilombo. Grandes Empreendimentos.

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze the central social and economic impacts arising from the implementation of the shipyard Enseada Indústria Naval about the quilombola territory Enseada do Paraguaçu in Maragogipe/BA. The research is based on the respondents' point of view, of how they perceive the project and changes resulting from this deployment on its territory, assuming the theoretical 'native relative' of Viveiro de Castro (2002), in which the subject of the research holds the knowledge about their living conditions and the researcher acts as an interpreter of this knowledge. The delimitation of the quilombo Enseada do Paraguaçu search is based on the fact that beyond this to be in the area of quilombo direct influence of the enterprise Enseada marine industry, also is located in the area directly affected, i.e., intervention, since the enterprise was built on land historically used by Maroons Enseada, overlapping as well at its territory, suppressing their fishing areas and mariscagem which are the main sources for your historical (re) production and its consumption from the the springs of the Paraguaçu River and its tributaries. The thematic approach was developed in seven chapters merging field research with bibliographic references in order to situate the reader as to the place of research, reflection on policies aimed at maintenance/preservation of remaining territories of quilombo in contemporary times, which in turn collide in the paradox of design development implicit in the implementation of projects to the Enseada Naval Industry's local development proposition from the increase in the supply of work, the time in which modifies the space of social interaction of communities and their livelihoods held from fishery mariscagem art. In the final considerations, after resuming some of the impacts generated in deploying Enterprise Enseada marine industry within the territory of the quilombo Enseada do Paraguaçu, it was concluded that in scenario experienced in Enseada do Paraguaçu, part of the population to crave training courses that allow them a spot in the venture, is not actually performing a "choice", but rather, is the one that is presented to them as the only possibility of maintaining the family unit were, therefore necessary actions that ensure the financial base of the community, developing work already known by them and keep them covered by National Policy for people and traditional communities.

Keywords: Socioeconomic. impacts. Territories. Quilombo. Large Enterprises.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMAS

Esquema 1 – Estratégias de Pesquisa.....	35
--	----

FIGURAS

Figura 1 – Cidades na Área de Influência do Empreendimento.....	14
Figura 2 – Transporte de resíduos do Empreendimento.....	24
Figura 3 – Principal via de acesso à comunidade.....	25
Figura 4 - Local da ponte sobre o rio Baetantã.....	27
Figura 5 – Local do Empreendimento, antes do início das obras.....	41
Figura 6 – Empreendimento em fase de construção.....	41
Figura 07 - Imagens da Terraplanagem na área do Empreendimento.....	43
Figura 08 – Vista aérea do Empreendimento.....	44
Figura 09 – Construções novas e terrenos demarcados em Enseada do Paraguaçu.....	52
Figura 10 – Posto de saúde, Subprefeitura e Módulo Policial.....	62
Figura 11 – Obstrução do acesso a pé ao rio Baetantã.....	69
Figura 12 - Casa de um morador e um anexo do Empreendimento.....	70
Figura 13 - Caminho de acesso ao rio Baetantã, antes do Empreendimento.....	71
Figura 14 - Portão de Acesso ao Empreendimento, dentro do quilombo.....	71
Figura 15 - Mapa da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape.....	108

TABELAS

Tabela 1 – Base Econômica de Maragogipe.....	21
Tabela 2 – Resumo dos impactos apresentados no corpo do trabalho.....	94

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
EEP – Estaleiro Enseada do Paraguaçu
EIA – Estudo do Impacto Ambiental
FCP – Fundação Cultural Palmares
IAIA – Associação Internacional de Avaliação de Impacto
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PBQ – Programa Brasil Quilombola
PDDM – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PWC – Price Waterhouse Coopers
RESEX – Reserva Extrativista
RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPPIR – Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial
SINE – Site Nacional de Empregos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CENÁRIO DA PESQUISA	20
1.1 MARAGOGIPE, BAHIA.....	20
1.2 ENSEADA DO PARAGUAÇU.....	23
1.2.1 A Organização Social de Enseada do Paraguaçu e a compreensão do seu território coletivo.....	28
2 O CAMINHO DA PESQUISA	33
2.1 OS MÉTODOS E A METODOLOGIA.....	33
3 UM ESTALEIRO NAVAL NO QUILOMBO ENSEADA DO PARAGUAÇU...40	
3.1 A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL.....	40
3.2 NEM LEIS, NEM DECRETOS: o redesenho da RESEX e a sobreposição do território do quilombo Enseada do Paraguaçu.....	44
3.3 “SORRIA: BONS EMPREGOS À FRENTE”.....	51
4 O ALCANCE LOCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	56
4.1 OS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AGENDA POLÍTICA.....	56
4.2 A AUSÊNCIA DO ESTADO CRIANDO ESPAÇO PARA A AÇÃO EMPRESARIAL EM ENSEADA DO PARAGUAÇU.....	60
5 CERCEANDO DIREITOS E A FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES67	
5.1 A SOBREPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ENSEADA DO PARAGUAÇU: uma tradição em risco.....	67
5.2 A DRAGAGEM E O AUXÍLIO.....	74
5.3 INTERAÇÕES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES.....	76
6 INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS DO EMPREENDIMENTO, MEDIDAS MITIGADORAS E A PNPCT	79
6.1 O EMPREENDIMENTO MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL.....	79
6.2 MEDIDAS MITIGADORAS EM CONFLITO COM A PNPCT.....	82

7 A POPULAÇÃO INDICANDO PROPOSTAS: “o mangue e o rio precisam descansar”	85
7.1 O SABER TRADICIONAL - UMA TECNOLOGIA SOCIAL	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	102
ANEXOS.....	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo central descrever e analisar impactos sociais e econômicos decorrentes da implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval sobre o território quilombola de Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe/BA.

É importante esclarecer que por ‘impacto’ neste trabalho, entende-se mudanças que ocorreram na comunidade de Enseada a partir da implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval¹, sejam positivas ou negativas.

Ressalta-se também, que com a delimitação para a análise dos impactos sociais e econômicos, não se desconsideram impactos culturais e ambientais decorrentes desta implantação, até porque eles não são dicotômicos e frequentemente essas análises se cruzam. A delimitação foi uma estratégia dada com o recorte da pesquisa a fim de complementar pesquisas já existentes e discutir e/ou contrapor resultados, pois estes estudos já foram realizados como condição para liberar licenças de instalação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, requeridas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), respectivamente.

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA, 2009), requerido pelo IBAMA, indicaram que para além do município de Maragogipe, onde está instalado o Empreendimento Enseada Indústria Naval, outros seis municípios também estão na área de impactos decorrentes da implantação deste Empreendimento, configurando as áreas como Área Diretamente Afetada; Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta.

A Área Diretamente Afetada corresponde à área onde o Empreendimento foi implantado, também chamada de Área de Intervenção; já a Área de Influência Direta, corresponde aos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara; e a Área de Influência Indireta, os municípios de Cachoeira, São Félix, Itaparica e Santo Amaro. (**Figura 01**).

¹ A partir deste ponto, no intuito de não repetir excessivamente o nome ‘Enseada Indústria Naval’, sempre que possível, utilizaremos o termo “Empreendimento” para denominá-lo.

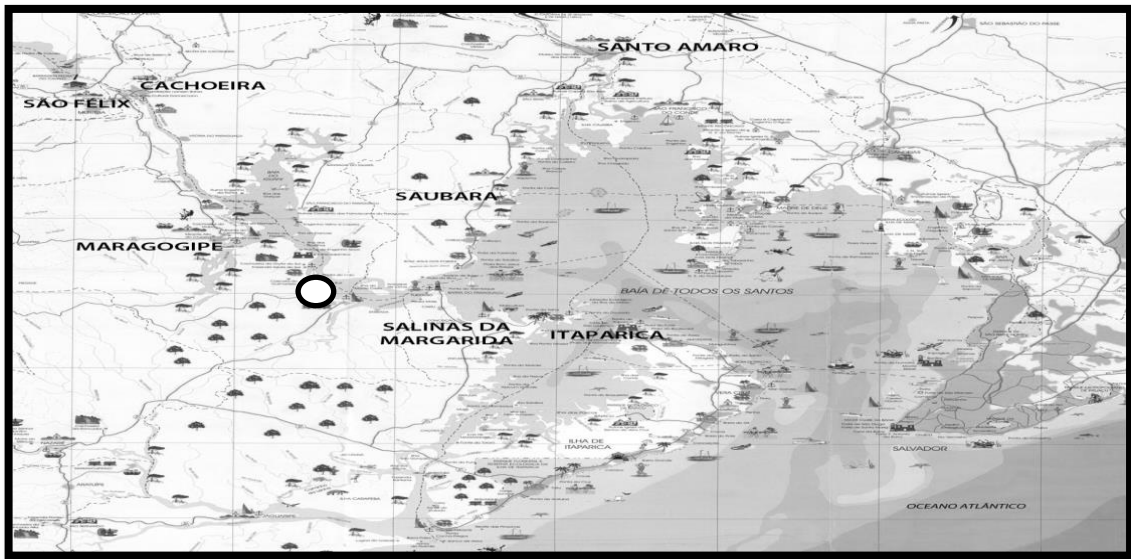


Figura 01- Cidades na Área de Influência do Empreendimento²
Fonte: SECTUR/BA, 2000.

Esta mesma área, delimitada como de impacto pelo EIA/RIMA, tem sido aceita e seguida por outros órgãos, a exemplo do IPHAN, que exigiu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) destas áreas³, como uma das condições para a liberação de licença de instalação do Empreendimento. No entanto, como discorre o documento elaborado pela Comissão Pró-Iguape (2009)⁴, que questiona os métodos e análises utilizados, há possibilidades da área de impacto ser superior à descrita.

Partindo do recorte de impacto do Empreendimento, a delimitação espacial da pesquisa no quilombo Enseada do Paraguaçu em Maragogipe, baseia-se no fato de que estando em terras maragogipanas, esse quilombo estar na Área de Influência Direta do Empreendimento, juntamente com outras 18 comunidades pesqueiras⁵ e

² A marcação no mapa corresponde ao local em que foi implantado o Empreendimento.

³ Até o fechamento deste trabalho, este inventário não foi publicado. O conhecimento sobre tal advém da minha participação no quadro técnico durante as pesquisas (16/07/2012 – 16/01/2013).

⁴ Relatório da Comissão Pró-Iguape. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ceama.mpba.mp.br/biblioteca-virtual-ceama/doc_download/2209-consultoria-para-elaboracao-do-relatorio-final-sobre-o-eia-rima-estaleiro-praguacu.html>. Acesso em: Setembro de 2013.

⁵ **Comunidades Pesqueiras além de Enseada:** Caijá / Baixinha e Comissão / Atras da Ilha; Ponta do Souza / Itapeçerica (Sede); Nagé; Coqueiros; Sinunga / Fazenda do Rosário; Porto do Açougue / Beco dos Canudos; Angolá (Sede); Dendê / Luz (Sede); Capanema / Baixão do Guaiá; Porto da Pedra; Ferreiro; Salaminas; São Roque / Rua Areal / Rua Do Manguê / Travessa Santo Antônio / Rua das Flores; Topá de Cima; Boiada; Porto Pequeno; Porto Grande; Sede / Praça Matriz / Centro.

13 comunidades remanescentes de quilombo, porém com um agravante de também estar na Área Diretamente Afetada, já que o Empreendimento foi construído em terras historicamente utilizadas pelos quilombolas de Enseada do Paraguaçu⁶, ou seja, sobrepondo-se ao seu território de interação social da pesca e da mariscagem, influenciando diretamente na continuidade da (re) produção histórica do seu autoconsumo retirado dos mananciais do rio Paraguaçu e de seus afluentes.

E é esta sobreposição do território Enseada do Paraguaçu com a implantação do Empreendimento e os impactos econômicos e sociais decorrentes desta implantação, que se configuram em objeto deste trabalho.

Faz-se pertinente discorrer que o entendimento sobre território neste trabalho caminha em consonância com a linha de discussão do geógrafo Milton Santos (1999), o qual descreve território enquanto o espaço usado por determinados grupos, sendo o “chão mais a população”, em que se constrói uma identidade pelo sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, ou seja, é a partir da identidade que o espaço é utilizado, mas é também este espaço que constrói a identidade, haja vista que este território é o “fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 1999, p.08).

A escolha da temática advém de motivação acadêmica e profissional burilada desde a minha inserção no Núcleo de Pesquisa “Desenvolvimento Regional, Política Social, Turismo e Cultura”, do Centro de Artes Humanidades e Letras da UFRB, no ano de 2009, no qual os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos neste Núcleo propiciaram a aproximação e compreensão das características sociais, econômicas e culturais das comunidades ribeirinhas no entorno do rio Paraguaçu, em um período de relevante movimentação quanto à discussão e implantação do estaleiro Enseada Indústria Naval, o qual a época, denominava-se Estaleiro

Comunidades Remanescente de Quilombos, além de Enseada: Salaminas; São Francisco do Paraguaçu; Porto da Pedra; Pinho; Tabatinga I; Tabatinga II; Giral Grande; Guerém; Sítio Dendê; Zumbi; Guaruçú; Quizanga e Buri. (Eia/Rima, 2009).

⁶ A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 20/01/2006, mas ainda seguem os tramites para o registro de suas terras com processo administrativo aberto na Superintendência Regional do INCRA de Nº 54160.001703/08-15. Dados disponíveis em: <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/DADOS_PROCESSOS_REGULARIZACaO_QUILOMBOS_INCRA_3.pdf> Acesso em: 01/2015.

Enseada do Paraguaçu/EEP⁷. Ou seja, o mesmo nome que a comunidade quilombola Enseada do Paraguaçu, o que poderia ser uma homenagem, mas também pode ser interpretado como uma estratégia para se criar a noção de pertencimento da comunidade para com o Empreendimento.

Esta estratégia tem sido recorrente, como pode ser observada no caso dos índios do Xingu, em que a hidroelétrica implantada em terras indígenas recebeu em 1980 o nome de Kararaô e mais tarde mudou para Belo Monte⁸. No caso de Enseada, a estratégia do Empreendimento pode ser para facilitar sua aceitação pelo grupo, já que vem sendo construído no território do quilombo Enseada do Paraguaçu, modificando incisivamente sua forma de vida, dividindo opiniões que acirram questões de poder e desdobrando-se na criação de novos grupos de representações sociais no interior da comunidade⁹.

As experiências acadêmicas e profissionais com as comunidades ribeirinhas do entorno do rio Paraguaçu, favoreceram para que neste trabalho a descrição e análise do impacto da implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval no território do quilombo Enseada do Paraguaçu, tivesse por foco o ponto de vista dos moradores de Enseada, de como eles percebem o Empreendimento e as mudanças decorrentes desta implantação em seu território, partindo do pressuposto teórico do 'nativo relativo' de Viveiros de Castro (2002), no qual o sujeito da pesquisa detém o conhecimento sobre suas condições de vida e o pesquisador age como intérprete deste conhecimento.

As temáticas trabalhadas foram desenvolvidas em sete capítulos, aliando a pesquisa de campo com discussões teóricas no intuito de situar o leitor quanto ao "lugar" da pesquisa, os métodos e a metodologia e a reflexão das Políticas que visam à manutenção/preservação dos territórios remanescentes de quilombo na contemporaneidade, que por sua vez esbarram no paradoxo da concepção desenvolvimentista implícita na implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, com a propositura desigual de uso e acesso aos recursos naturais, propondo

⁷ Desde junho de 2014 que o Empreendimento responde pela alcunha de Enseada Indústria Naval. Disponível em: <<http://tnpetroleo.com.br/noticia/estaleiro-enseada-do-paraguacu-EEP-passa-a-se-chamar-enseada/>>. Acesso em: 20/07/2014.

⁸ Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2011/03/belo217.html>
Acesso em: junho de 2014.

⁹ Ver estas discussões no corpo do trabalho.

medidas mitigadoras que desconsideram as tecnologias sociais¹⁰ desenvolvidas nos territórios de interação social, principalmente as técnicas de pesca, mariscação e trabalho com a terra, como potencialidades para o desenvolvimento local.

O EIA/RIMA (2009), apresenta-se como uma das principais fontes de pesquisa documental na sustentação de argumentos e cenários apresentados neste trabalho, mas outros importantes documentos e relatórios também foram fontes de pesquisas, tais como: as fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre Maragogipe (2010); o relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano sobre Maragogipe (2013); a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais; o Decreto Nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; o Decreto Nº 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; o parecer técnico Nº 042/2010 do IBAMA sobre o EIA/RIMA (2009); o 8º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1 e PAC2, 2007-2010); o relatório da Comissão PRÓ-IGUAPE (2009) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Maragogipe (2010).

As fontes acima citadas, aliadas com as pesquisas de campo, foram cruzadas com fontes bibliográficas que versam sobre a temática ou auxiliam na elucidação sobre ela. Dentre as quais se destaca: Belo (2014); Bunch (1995); Diegues (1973); Durkheim (1999); Gomes & Becker (2010); Lassance Jr & Pedreira (2004); Little, (2002; 2005); Milton Santos (2003; 1999); O'Dwyer (2010); Oliveira (2010); Sachs (2009); Santos (2012); Viveiro de Castro (2002); e Zagato (2011).

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo intitulado “O CENÁRIO DA PESQUISA”, tem como objetivo central apresentar o município de Maragogipe, no qual geograficamente está inserido o quilombo Enseada do Paraguaçu e instalado o Empreendimento Enseada Indústria Naval, apresentando e analisando dados demográficos, de renda e sociais que revelam a atual situação do município, seguido de dados sobre a comunidade de Enseada do Paraguaçu, na tentativa de apresentar

¹⁰ Gomes e Becker (2010) discorrem que ao contrário do que se possa crer, tecnologia é algo tão antigo quanto o homo sapiens, e que o termo ‘tecnologia’, de origem grega em que ‘technos’ significa ofício, profissão e ‘logos - saber, estudo, conhecimento, não são termos cunhados na Revolução Industrial, pois antes dela já havia trabalhadores. “Tecnologia Social denota assim, o saber acumulado dos trabalhadores. Saber esse que é necessariamente social”. (GOMES; BECKER, 2010. p.13).

o local da pesquisa e as Organizações Sociais que influenciam no funcionamento e relações sociais da comunidade.

No segundo capítulo, “O CAMINHO DA PESQUISA” descreve-se a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos da pesquisa, assim como também os métodos que respaldam a análise dos dados e instrumentos de pesquisas utilizados.

No terceiro capítulo, “UM ESTALEIRO NAVAL NO QUILOMBO ENSEADA DO PARAGUAÇU”, buscou-se apresentar e discutir o processo de implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, o posicionamento da Sociedade Civil Organizada em torno desta implantação, bem como, as especulações em torno das ofertas de empregos que sustentam os apoios governamentais e institucionais ao Empreendimento.

No quarto capítulo, “O ALCANCE LOCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”, discute-se, de forma geral, a “entrada” dos quilombolas e de seus territórios na Agenda Política, com foco para a ausência do papel do Estado na comunidade de Enseada do Paraguaçu, o qual cede espaço para ações filantrópicas e empresariais.

O quinto capítulo, “CERCEANDO DIREITOS E A FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES”, apresenta reflexões acerca da sobreposição do território quilombola de Enseada do Paraguaçu pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval, alertando para os riscos de desaparecimento de práticas tradicionais da comunidade decorrentes do cerceamento e delimitação de áreas de interação social, bem como, o surgimento de novas identidades sociais e culturais decorrentes da interação entre diferentes culturas atraídas pelo Empreendimento.

O sexto capítulo “INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS DO EMPREENDIMENTO, MEDIDAS MITIGADORAS E A PNPCT”, tem como proposta apresentar e discutir as movimentações econômicas no quilombo Enseada do Paraguaçu após a implantação do Empreendimento, assim como também, impactos provenientes das medidas mitigadoras propostas pelo Empreendimento para agir na sobrecarga do pescado na Baía do Iguape e suas consequências diante da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais¹¹ (PNPCT).

O sétimo capítulo “A POPULAÇÃO INDICANDO PROPOSTAS: “o mangue e o rio precisam descansar””, discordando de determinadas medidas mitigadoras

¹¹ Instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. (BRASIL, 2007).

propostas no EIA/RIMA (2009), que descaracterizam as comunidades tradicionais e as fragilizam perante as políticas a elas direcionadas e conquistadas, apresenta-se uma proposta de intervenção a partir de indicações da própria comunidade, reconhecendo seu potencial no desenvolvimento de técnicas de pesca e mariscagem e as possibilidades de introduzirem novas tecnologias sociais para agregar as já por eles desenvolvidas.

Nas Considerações Finais, com a revisão dos impactos gerados na implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval no território do quilombo Enseada do Paraguaçu, concluiu-se que no cenário vivenciado em Enseada do Paraguaçu, parte da população ao almejar cursos de capacitação que lhes possibilitem uma vaga no Empreendimento, na verdade não está realizando uma “escolha”, mas sim, é a que se apresenta para eles como única possibilidade de manutenção da sua unidade familiar, sendo, portanto, necessárias ações que assegurem a base financeira da comunidade, desenvolvendo trabalhos já por eles conhecidos e que os mantenham cobertos pela Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais.

1 O CENÁRIO DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo central apresentar o município de Maragogipe no qual geograficamente está inserido o quilombo Enseada do Paraguaçu e instalado o Empreendimento Enseada Indústria Naval, apresentando e analisando dados demográficos, de renda e sociais que revelam a atual situação do município, seguido de dados sobre a comunidade de Enseada do Paraguaçu, na tentativa de apresentar o local da pesquisa e as Organizações Sociais que influenciam no funcionamento e relações sociais da comunidade.

1.1 MARAGOGIPE, BAHIA

Maragogipe é um município situado no Recôncavo baiano à margem direita do rio Paraguaçu, na microrregião de Santo Antônio de Jesus e na mesorregião metropolitana de Salvador, distando 130 km da capital baiana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua contagem populacional em 2010 foi de 42.815, com estimativa de 45.928 para o ano de 2014, divididos entre 05 distritos além da sede, sendo Coqueiro, Nagé, Guaí, Guapira, São Roque do Paraguaçu e de muitas outras pequenas comunidades, sendo 09 delas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como áreas remanescentes de quilombo. O contingente populacional de Maragogipe se concentra 58,61% na área urbana do município e 41,39% na sua zona rural. Em relação à divisão sexual da população, 50,25% é do sexo masculino e 49,75% do sexo feminino.

Com uma renda per capita de R\$300,00, Maragogipe ocupa atualmente, no conjunto dos 417 municípios baiano, o 84º lugar no ranking estadual de Desenvolvimento Humano, com um IDH médio de 0,621¹². Levando em consideração que médio corresponde ao valor acima de 0,600 e que quanto mais próximo de 1,00 melhor, é um dado ainda preocupante que se reflete no Índice de Gini insatisfatório deste município, com o valor medido no ano de 2010, de 0,57. Ao contrário do IDH, este índice, quanto mais próximo de 0,00, melhor.

¹² A escala divide-se em muito baixo: 0,00 a 0,499; baixo: 0,500 a 0,599; médio: 0,600 a 0,699; alto: 0,700 a 0,799; muito alto: 0,800 até 1,00. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/maragogipe_ba> Acesso em: 04/03/2014.

As desigualdades apresentadas nestes ÍNDICES podem ser percebidas na concentração de 59,88% da riqueza gerada pelo município nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto que 21,34% da população estão em situação de extrema pobreza¹³, tendo ainda 42,67% na faixa dos considerados pobres. (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com o Atlas Brasil (2013), Maragogipe está com 62,95% de sua população, em idade considerada economicamente ativa, acima de 18 anos. A base econômica do município (**Tabela1**) é essencialmente constituída pelo setor primário, empregando 54,16%, logo após vem o setor terciário com 36,12% e por fim, o setor secundário com 8,52%.

Tabela 1 - Base Econômica de Maragogipe

SETOR	RAMO DE ATIVIDADE	% TOTAL
PRIMÁRIO	53,51 % ligado à agropecuária; 0,65% na indústria extrativa;	54,16
SECUNDÁRIO	3,45% na indústria de transformação; 5,07% na construção civil;	8,52
TERCIÁRIO	24,26% em serviços (basicamente hospedagens e alimentação); 11,04% acolhidos pelo comércio, sustentados pelos artigos de primeira necessidade; 0,82% nos setores de utilidade pública;	36,12

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Até meados do século XX Maragogipe alcançou prestígio econômico na produção manufatureira, porém com a diminuição da produção fumageira e a quase extinção da navegação marítima pelo rio Paraguaçu, a região sofreu grandes perdas econômicas, afetando seu desenvolvimento econômico e social¹⁴.

Com a perspectiva do desenvolvimento globalizado que pressupõe a transnacionalização da produção, na virada do século XX para o século XXI, o

¹³ De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, corresponde à renda domiciliar per capita inferior a R\$77 mensais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 24/07/2014.

¹⁴ Para maiores informações sobre a situação econômica do Recôncavo da Bahia, ver Pedrão, (1998).

município de Maragogipe, juntamente com outras cidades do Recôncavo baiano¹⁵, vêm “abrindo-se”, principalmente através de isenções de impostos, para a expansão de empresas nacionais, transnacionais e internacionais que começaram a se instalar na região, quer seja pela mão-de-obra barata, necessidade de matéria-prima ou pela expansão da indústria naval na costa brasileira, associada ao aumento da exploração do petróleo e a descoberta “recente” do pré-sal, que requer a construção de estaleiros e plataformas voltados para atividades offshore¹⁶. Fato que do ponto de vista econômico, apresenta indícios de retorno à região, especialmente do município de Maragogipe, de grande movimentação para atender a essa demanda.

Neste cenário, estão anseios e incentivos de “Planos, Programas e Projetos”¹⁷ de Governos, que são alicerces que sustentam e redirecionam estas instalações para além dos eixos das capitais. E o programa de maior evidência neste novo cenário político do país, é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1/2007-2010; PAC2/2011-2014).

Este foi um programa criado durante o segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que continua ativo no governo da Presidenta Dilma, que tem por foco o ‘CRESCIMENTO ACELERADO’, que visa incentivar investimentos privados; aumentar investimentos públicos em infraestrutura e remover obstáculos ao crescimento do país - sejam eles burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos. (BRASIL, 2007).

Para alguns autores, tais como Rodrigues & Salvador (2011), este Programa marca a retomada do Estado como indutor da economia e do crescimento econômico de forma planejada. Assim como eles, Ivo (2012) retrata este momento como o retorno do Desenvolvimentismo, ou ainda, o (neo) Desenvolvimentismo. Já Bresser Pereira & Theuer (2012, p.811), discorrem ser muito cedo para afirmar que

¹⁵ Dentre outras empresas podemos citar a hidroelétrica ‘Pedra do Cavalo’, entre as cidades de Cachoeira e Governador Mangabeira, gerenciada pelo grupo Votorantim; a Mastrotto Reichert SA, em Cachoeira; Petrobras e a Odebrech, consorciada com as empresas OAS, UTC Engenharia e Kawasaki, representadas pelo Enseada Indústria Naval, que também será interveniente do complexo industrial Polo 2 de Julho, ambos (Estaleiro e Polo), em Maragogipe/BA.

¹⁶ Atividades voltadas a atender o ramo de petróleo e gás.

¹⁷ Teixeira (2009, p.556), considera o Plano como o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados; o Programa seria o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política; já o Projeto é a menor unidade do processo de planejamento, sendo um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

este momento é o novo Desenvolvimentismo, não só porque ideias e políticas raramente coincidem, mas também porque, segundo eles, o aumento nos preços das commodities¹⁸ tem ameaçado a industrialização¹⁹.

Citar o PAC e seus objetivos torna-se pertinente neste trabalho, pois é baseado em ações propostas neste Programa, que desde 2008, parte do município de Maragogipe entrecortado por um 'braço' do rio Paraguaçu, passou a atrair estudos e investimentos para a implantação de um Estaleiro Naval, que em conjunto com a ampliação dos módulos de plataformas de petróleo na Baía de Aratu, formarão o que o atual Governo do Estado (mandato até 2014) chama de 'tripé' de obras do Polo Naval Baiano.

Como suporte a estes empreendimentos, o Governo do Estado da Bahia assinou em novembro de 2013 o protocolo de intenção para implantar o complexo industrial 'Polo 2 de Julho'²⁰, também em Maragogipe. Estas ações, segundo o 8º balanço do PAC 2²¹, estão voltadas a atender o objetivo do Estado brasileiro em revitalizar sua indústria naval.

1.2 ENSEADA DO PARAGUAÇU

Enseada do Paraguaçu é uma comunidade remanescente de quilombo, situada na zona rural de Maragogipe/BA, banhada pelo rio Paraguaçu no ponto em que deságua um dos seus principais afluentes, o rio Baetantã.

Distando quase uma hora da sede de Maragogipe, o acesso à Enseada é bastante complicado, pois até a sede de Maragogipe tem a opção por transporte regular²² ou transportes alternativos²³, mas da sede não tem transporte direto para

¹⁸ Commodities referem-se a mercadorias em estado bruto ou produtos primários, básico, com grande importância comercial, cotados em bolsas internacionais, a exemplo do minério de ferro, milho, café, algodão, petróleo, etc. (ASSUMPÇÃO, 2007).

¹⁹ Análise e Críticas a este Programa e Modelo, ver: Rodrigues; Salvador (2011); Ivo (2012); e Bresser-Pereira; Theuer (2012).

²⁰ Maiores informações sobre o Polo 2 de Julho, acessar <<http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/Conselhos/2012/Agosto/Estaleiro%20Enseada%20do%20Paraguac%CC%A7u%20-%20Polo%202%20de%20Julho.pdf>>. Acesso em janeiro de 2014.

²¹ Balanço PAC 2(p.101). Disponível em:<http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/PAC_8_web.pdf> Acesso em: 13/02/2014.

²² Realizado pela viação Jauá. Esta é a única empresa de ônibus que cobre este trajeto, com ônibus a cada duas horas, saindo de Salvador/BA, passando por São Félix via BA420.

²³ Os transportes alternativos, devido a maior frequência de horários, são mais comumente utilizados, no entanto, são 50% mais caros e só saem com lotação mínima de 04 pessoas e

Enseada. A única opção é pegar um transporte alternativo até São Roque do Paraguaçu, já que segundo informações prestadas na estação de vendas de passagens de Maragogipe, a empresa Jauá que detém o uso da linha, suspendeu as viagens devido às condições precárias da estrada²⁴.

Os moradores de Enseada relataram que a constância de transportes com materiais de carga e descarga do Empreendimento Enseada Indústria Naval é a principal causa da atual condição da estrada (**Figura 02**). No EIA/RIMA (2009), está descrito que anterior ao início das obras do Empreendimento, estradas alternativas seriam construídas para não desgastar as vias terrestres de acesso à Enseada. O que até o fechamento deste trabalho sequer iniciou²⁵.



Figura 02 - Transporte de cargas do Empreendimento

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 2012.

De São Roque do Paraguaçu para Enseada, apesar de ter acesso terrestre pela via em direção a Salinas da Margarida, passando pela BA001, além das condições da estrada também estarem bastante comprometidas pelo mesmo motivo

continua a tentar pegar passageiros pelo caminho, chegando a transportar 06 ou mais passageiros, em um carro de passeio.

²⁴ Os transportes alternativos de Maragogipe para São Roque do Paraguaçu saem a cada 2 horas a partir das 6 da manhã, até às 15 horas, com retorno de São Roque até às 17 horas.

²⁵ O problema dos buracos na pista tem gerado manifestações da população não só de Enseada, mas de comunidades e cidades vizinhas, como São Roque do Paraguaçu, Guai, e Salinas da Margarida. Disponível em: <http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/geral/83912,video-idosa-e-ferida-em-protesto-contra-transtornos-do-estaleiro-paraguacu.html> /<http://digasalinhas.com/pescadores-e-marisqueiras-de-salinas-da-margarida-querem-indenizacao-do-consorcio-enseada-do-paraguacu/>>. Abril de 2014.

que danificaram as vias de Maragogipe, não tem meios de transportes terrestres circulando, apenas para quem possui condução particular ou consegue contratar um serviço de taxi na sede de Maragogipe.

A travessia para Enseada é feita via rio Baetantã - Paraguaçu, nas pequenas embarcações dos pescadores que perderam seu espaço de pesca por conta da implantação e movimentação de embarcações do Empreendimento, e para compensar, eles têm mesclado suas atividades de pesca com a travessia de passageiros que se deslocam até o Empreendimento²⁶.

Após a travessia de barco, a principal via de acesso à comunidade é pelo mangue (**Figura 03**), e a depender da maré, os transeuntes têm que descer das canoas em algum dos bancos de areia frente à comunidade e passar pelo mangue andando.



Figura 03 - Principal via de acesso à comunidade
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A população de Enseada do Paraguaçu, com cerca de mil habitantes- 200 famílias²⁷-, coaduna com a identidade rural/ribeirinha de pescador artesanal. Segundo Diegues, pescador artesanal é aquele que:

²⁶ A travessia de barco apresenta-se como melhor alternativa, em tempo e valor monetário, já que leva cerca de 8 minutos e a terrestre pouco mais de 1 hora, podendo aumentar em até 40% a depender das condições do tempo, pois neste trajeto, há locais na estrada, sem pavimentação e com muitos buracos.

²⁷ O EIA/RIMA relata cerca de 400 famílias, mas o PDDM (2010) declara 1.000 habitantes - cerca de 200 famílias. A opção pela quantidade declarada no PDDM dá-se porque além de

[...] na captura e desembarque de toda a classe de espécies aquáticas, trabalha sozinho e/ou utiliza mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos limitados através de técnicas de reduzido rendimento relativos e que destina sua produção, total ou parcial, para o mercado. (DIEGUES, 1973. p. 111).

Dentro da categoria rural de pescador artesanal, o Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS, reconhece também o ‘assemelhado’, que é aquele que sem utilizar embarcação pesqueira, exerce atividade de captura ou de extração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu meio normal ou mais frequente de vida, na beira do mar, rios e lagoas. Exemplos: O mariscador, o caranguejeiro, o eviscerador (limpador de pescado), o catador de algas, etc. Então por estas categorias, além de ‘pescador artesanal’, em Enseada do Paraguaçu há também os ‘assemelhados’.

Os pescadores artesanais e os assemelhados são reconhecidos na mesma categoria de Segurado Especial que os trabalhadores rurais, tendo iguais direitos, assim como: Auxílio Doença; Aposentadoria por Invalidez; Auxílio Acidente; Aposentadoria por Idade e Salário Maternidade.

Enseada tem como divisão social a separação sexual de tarefas, ou divisão sexual do trabalho, parafraseando Durkheim (1999), em que os homens são pescadores e as mulheres marisqueiras. A partir destas categorias, os moradores de Enseada interagem com o mar, com o sol, com a terra, com as marés, criando e recriando práticas e crenças culturais e religiosas²⁸. Ou como discorre Certeau (1998), na interação social que acontece no agir de seu cotidiano, eles constroem e reconstroem seus saberes e práticas tradicionais, e como reforça Netto (1996. p. 66), “não há sociedade sem cotidianidade e nem homem sem vida cotidiana”.

É nesta interação no cotidiano que os moradores de Enseada fazem uso e se apropriam de espaços que são fundamentais para sua reprodução social, econômica e cultural, como é o mangue e o rio Paraguaçu, que pra eles representam ‘vida, resistência, lhes garantem a sobrevivência, são pontos de encontros e de lazer, mas

saber que o município possui dados capazes de quantificar estas famílias, principalmente através das Secretarias de Saúde e de Ação Social, visivelmente este número se aproxima muito mais da quantidade da população local.

²⁸ Exemplo da Barquinha de Enseada, uma festa que ocorre há mais de 50 anos na noite do dia 31 de dezembro em agradecimento as águas por garantir-lhes o sustento.

são também, portas de interação com as outras comunidades, pois são suas principais vias de acesso²⁹.

E por serem suas principais vias de acesso, é que neste sentido, os moradores esperam melhorias no deslocamento até a comunidade a partir da construção da ponte sobre o rio Baetantã. Esta ponte, que vai medir 525 metros, com extensão total de 1,30km³⁰, é uma ação já prevista no projeto de implantação do Estaleiro Enseada Indústria Naval como contrapartida do Governo do Estado da Bahia para implantação do Empreendimento. A ponte tem por finalidade ligar o Empreendimento ao Canteiro de São Roque e também a BR420. **(Figura04)**.



Figura 04 - Local da ponte sobre o rio Baetantã
Fonte: zevaldoemaragogipe.com/2014.

No entanto, se observarmos que o local de construção da ponte ao lado do Empreendimento, fica no sentido oposto ao da comunidade de Enseada, se a população de Enseada desejar se deslocar por esta ponte, necessitará de transporte automotivo, pois o trajeto da ponte - 1,30Km, e o contorno do Empreendimento - 1.546.864,03m², será uma grande distância a percorrer a pé até a comunidade, o que muito provavelmente, levará uma grande parcela da população a continuar utilizar-se das vias do mangue para entrada e saída da comunidade.

²⁹ Elementos presentes nas falas dos entrevistados durante a pesquisa de campo.

³⁰ Disponível em: <http://www.zevaldoemaragogipe.com/2013/05/ponte-sao-roque-x-enseada-derba.html> Acesso em: 02/08/2014.

A partir desta realidade, faz-se pertinente reivindicar dos responsáveis, melhorias nas condições de acesso a comunidade no intuito de garantir acessibilidade aos moradores e reverter o quadro de isolamento social e econômico da comunidade, que tem tido seus direitos de ir e vir cada vez mais cerceados.

1.2.1 A Organização Social de Enseada do Paraguaçu e a compreensão do seu território coletivo

Através dos dados levantados durante a pesquisa em Enseada do Paraguaçu, ficou evidente que até a formalização da associação local, a população se organizava internamente sem necessidade de se expressar por uma pessoa em particular que detivesse maiores poderes para além do que a comunidade reconhecia como tal, que era a idade, pois só a idade e a experiência em determinado assunto é que lhes outorgavam títulos de mestres em determinada arte.

A reunião em comissões para trabalhar em prol dos festejos da Igreja Católica da comunidade, sobretudo para a realização da festa da padroeira local, Nossa Senhora do Rosário, era a vivência mais próxima de uma 'Organização Social' que eles tinham chegado.

Esta organização em prol da Igreja Católica dá-se devido a forte influência desta instituição na localidade, que além da ação religiosa, atua em conjunto com uma Organização Não-Governamental que atende por nome de Comunidade Beneficente de São Roque do Paraguaçu (COBEPA)³¹, dispondo de aulas de capoeira, reforço escolar e creche.

No cenário de ausência de Políticas Públicas, tem sido visível a presença de templos religiosos em comunidades carentes economicamente, sejam Católicos ou Evangélicos, os quais tentam realizar, ainda que com ações caritativas, os deveres do Estado. Como discorre Yazbek (2001), além da falta de recursos materiais, às expressões da questão social³², cria um fenômeno multidimensional da pobreza, que além de gerar carências no campo dos direitos, gera também no plano espiritual,

³¹ Esta instituição nasceu em São Roque do Paraguaçu no município de Maragogipe, na década de 1970, estendendo sua atuação para Enseada e para o município de Salinas da Margarida. Ela atua em Enseada desde a década de 1990. Dados retirados da entrevista com a Diretora da COBEPA em 16 de janeiro de 2014.

³² Questão Social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais, resultante do conflito entre capital e trabalho, engendrado pela Sociedade Capitalista. (IAMAMOTO, 2001).

das possibilidades e da esperança, assim, muitas das vezes o ingresso em religiões torna-se um elo entre o mundo real e o desejável.

É somente a partir da década de 2000 que a formalização de instituições representativas no interior do grupo passa a existir nos parâmetros de uma Associação, impulsionada pelo início do processo de autorreconhecimento da comunidade enquanto comunidade remanescente de quilombo. Esta etapa foi concretizada em 2006 com a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares³³.

No intermim da certificação, foram criadas duas associações: a primeira foi a “Associação dos Moradores de Enseada”, mas sem a adesão de todos devido à participação de moradores parentes dos “fazendeiros” que se intitulam donos da área em que está situada a comunidade, o que segundo entrevistados, culminou com a desmobilização de alguns moradores. Em seguida foi criada a “Associação Quilombola de Pescadores e Marisqueiras da Enseada”, que recebeu maior apoio da comunidade e com a qual obtiveram o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Apesar de compreender, enquanto acadêmica e pesquisadora, a necessidade de uma associação que represente legalmente o grupo, percebeu-se durante as entrevistas que a constituição da representatividade por meio de uma, mais para atender as exigências ao reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, do que uma demanda construída pela comunidade, ou melhor, apreendida pela comunidade no processo evolutivo de suas organizações, interferiu em seus costumes, pois ainda que convivendo em conjunto com grupos familiares extensos, (parentes, amigos e vizinhos), suas decisões sempre foram “particularizadas”, ou seja, não eram decisões que tinham necessidade de autorização coletiva, o que no entendimento dos entrevistados, com a associação passou a demandar.

O processo de associativismo colocou em evidência para essa comunidade, novas relações de poder, pois impulsionou mudanças na forma como esta comunidade se relacionava, advindo um tipo diferente de liderança, que passou a

³³ Esta é uma das primeiras etapas do processo após os trâmites interno da comunidade, como autorreconhecimento, a fundação de uma associação e entrar com o pedido de reconhecimento junto a Fundação Cultural Palmares, sendo que este pedido pode ser feito por membros internos ou externos à comunidade. Enseada do Paraguaçu foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 20/01/2006, no entanto conforme já discorrido anteriormente, os tramites para a legalização da posse da terra pelo quilombo, ainda está em processo administrativo aberto na Superintendência Regional do INCRA.

ser direcionada não mais para quem detivesse a maior idade, os “mestres”, e sim para aquele que tinha maior poder de comunicação e simpatia, dentro e fora da comunidade, ou seja, aquele com maior “trato social” (SIMMEL, 1983), e como discorre Bourdieu (1998, p.11), “relações de comunicação são de modo inseparável, sempre relações de poder”.

Esta questão fica evidente na fala de um pescador, apontado como mestre entre os pescadores, quando em resposta a grande maioria das questões sobre a comunidade, ele repetia: “agora é tudo com o povo da associação [...]”; “isto é com o povo da associação [...]”; “só vendo com o povo da associação [...]” (RL, 87 ANOS).

O entendimento de uma associação como um ente para além deles, não tem gerado neste espaço uma “participação construtiva³⁴” (BUNCH, 1995), o que acaba não fortalecendo a associação e conseqüentemente, a própria comunidade.

Com isto também eles não conseguem avançar na resolução de outro problema, que não é só da comunidade em questão, mas em geral enfrentada por outras comunidades remanescentes de quilombo e apontada por autores, principalmente antropólogos, a exemplo de Oliveira (2010) e Zagato (2011), como uma das principais fragilidades das Políticas voltadas a garantir territórios remanescentes de quilombo, que é a imposição do Estado referente ao uso coletivo do espaço entre quem historicamente vivem os mesmos problemas, mas adquiriram os imóveis de formas diferenciadas - compras, doação, herança, pagamento de mensalidades, etc., como podemos observar na fala de uma das entrevistadas abaixo.

[...] mas aqui não tem nada da comunidade, cada um é dono do que tem e ali é do meu filho, [...] porque com esta história de quilombola, com tudo de quilombola, ninguém me deu e nem me dá nada. Tá vendo ali minha casa, pago minha água, minha luz, minha casa, e aqui **[mostrando algumas casas de dois pavimentos sendo construídas]** é tudo terreno que minha mãe pagou por 70 anos, era maior, mas o povo foi fazendo cerca e invadindo, e ali, **[apontado para outra casa na esquina]**, aquela ali é de minha cunhada e foi a gente quem juntou e comprou aquele terreno.” (MB, 62 ANOS).

³⁴ De acordo com Bunch (1995), é a participação em que a população se envolve efetivamente nas atividades, planejando, encontrando soluções para seus problemas, repassando este aprendizado e gerando autoconfiança e satisfação por suas realizações, influenciando assim no desenvolvimento da comunidade.

Em campo se pôde perceber que a questão do uso do espaço coletivo (Patrimônio Individual X Patrimônio Coletivo), é latente nessa comunidade, pois se observa a ênfase dada por esta entrevistada, moradora de Enseada do Paraguaçu ao discorrer sobre a aquisição de uma mercearia por seu filho na comunidade.

Apesar da entrevistada se reconhecer enquanto remanescente de quilombo, inclusive membro da associação quilombola, é perceptível o quanto entra em choque quando a questão se direciona para a posse da terra, como se ao se identificar quilombola, ela e sua família perderiam suas propriedades, reafirmando assim, as palavras de Oliveira (2010, p.27), quando a autora declara que a construção da identidade quilombola, tende a “aniquilar, pouco a pouco, o patrimônio”. Patrimônio este, entendido enquanto propriedade privada, cujo sentido é tão forte, enquanto herança social, como discorre Ivo (2008), que chega ao ponto de sermos “estratificados em úteis, se a tivermos, e inúteis se estamos fora do sistema de propriedade” (p. 23). E não seria pelo fato de ser uma comunidade remanescente de quilombo que esse processo seria diferente.

Certamente, ainda que no intuito de proteger, a imposição do Estado quanto ao pertencimento coletivo da terra torna-se um ponto favorável à negação ou desvinculação da comunidade com sua identidade quilombola. Isto reforça as colocações de Zagato (2011), de que ao invés de atuar no fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombo para assumir sua identidade, como muitos autores defendem, deveria se repensar o fragmento da Política que faz menção a esta necessidade de território coletivo, que está no mínimo mal direcionada ou mal interpretada.

Utilizando o que Oliveira (2010) chama de “espelho retrovertido³⁵”, trazendo para o campo prático da ação ao relatar uma experiência vivenciada na comunidade remanescente de quilombo Porto da Pedra³⁶, próxima da comunidade de Enseada do Paraguaçu, também no município de Maragogipe/BA, em que a interpretação da posse coletiva das terras foi utilizada pelo ‘fazendeiro’ em favorecimento próprio, pois muitos entrevistados declararam que orientados por ele não se

³⁵ É a capacidade de analisar e resolver um problema a partir de exemplos ocorridos com outras comunidades.

³⁶ Pesquisa realizada no ano de 2011, em conjunto com o Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento Regional, Política Social, Turismo e Cultura do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

autorreconheceram remanescentes de quilombo, pois as suas casas não iam ser suas e o plantio da comunidade teria que ser coletivo sem divisão de área.

Assim, muitos moradores de Porto da Pedra passaram a aceitar quantias irrisórias das mãos do 'fazendeiro' e/ou cederam a pressões e abandonaram suas casas. Esse episódio diminuiu drasticamente a quantidade de casas na comunidade, já que ao desocupar as casas de pau-a-pique construídas com a autorização do 'fazendeiro', este também determina sua derrubada.

No tocante a realidade da comunidade de Enseada do Paraguaçu, em processo de demarcação de suas terras, ainda há muitos conflitos internos e externos gerados ao longo desse processo de titulação definitiva, especialmente no que diz respeito à sobreposição de seu território, com a implantação de um estaleiro naval em áreas historicamente utilizadas pela comunidade.

Este assunto e suas especificidades serão tratados mais adiante, mas por hora entender as questões aqui apresentadas quanto ao perfil do município de Maragogipe, de Enseada e sua frágil organização social, torna-se relevante no entendimento também das dimensões dos impactos provocados na sobreposição dos territórios de interação social dos quilombolas de Enseada do Paraguaçu.

2 O CAMINHO DA PESQUISA

Neste capítulo descreve-se a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos da pesquisa, assim como também os métodos que respaldam a análise dos dados e instrumentos de pesquisas utilizados.

2.1 OS MÉTODOS E A METODOLOGIA

No que concerne aos métodos³⁷ utilizados na realização deste trabalho, faz-se pertinente apresentar e esclarecer os escolhidos para a abordagem e para os procedimentos, em que segundo Marconi & Lakatos (2009), o método de abordagem pode ser entendido como um nível de abstração mais elevado do fenômeno da natureza e da sociedade, já o de procedimento, como as etapas mais concretas da investigação, com finalidades mais restritas em termos de explicação geral dos fenômenos.

Assim podemos entender que o método de abordagem é o método que responde baseado em que o fenômeno será observado, já o método de procedimento, é como me comporto perante ele e o que faço para alcançar os objetivos.

Por coadunar com a ideia de que ações do homem para o homem influenciam na sua transformação e no meio em qual vive, o método de abordagem escolhido foi o dialético marxista. E por acreditar que opiniões e pontos de vista de especialistas não devem constituir em única base de sustentação para decisões que interferem nas condições da vida humana, aliando a isto os pressupostos teóricos do 'nativo relativo' de Viveiros de Castro (2002), de que o sujeito da pesquisa detém o conhecimento sobre suas condições de vida e o pesquisador age como interprete deste conhecimento, é que o método de procedimento adotado foi o Etnográfico.

O método dialético marxista baseia-se em leis centrais pelas quais devem passar todos os processos de conhecimentos em que tudo se relaciona e se transforma na luta dos contrários. Existe a tese, que é uma dada teoria, uma antítese, que é uma oposição à tese, e a síntese, que é o denominador que se

³⁷ O método, segundo Lara (2007), é o modo de apreensão do real que tem por base uma concepção de mundo, na qual o pesquisador apoia-se para investigar determinada realidade social.

chega ao final do confronto da tese com a antítese. Isto não quer dizer que esta síntese seja a verdade e sim que as verdades são relativas e por serem relativas, elas só podem ser verdades em determinados momentos e realidades, pois logo voltam a serem contestadas e o ciclo reinicia. (LARA, 2007).

O método etnográfico dá ênfase à fala dos entrevistados e é comumente utilizado para análises descritivas das sociedades humanas, primitivas ou ágrafas, rurais e urbanas, grupos étnicos, dentre outros de pequena escala, tendo na observação sua peça chave. Este método permite a participação na vida cotidiana das pessoas sujeitas ao estudo, ouvindo o que é dito ou interrogando pessoas durante certo período de tempo, com o objetivo de combinar o ponto de vista do observador com o do observado, descrevendo e interpretando sua cultura o que favorece também, mesclar a pesquisa de campo com diferentes fontes de pesquisas (LEVIN & FOX, 2004; EISMAN et al, 1997 apud MARCONI & LAKATOS, 2009).

Privilegiando a subjetividade dos entrevistados, optou-se pela pesquisa qualitativa “trabalhando o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2008. p, 21), tendo como objeto de análise a fala livre e espontânea dos entrevistados, pois o conhecimento prévio sobre a realidade de populações ribeirinhas no entorno do rio Paraguaçu, demonstrou que a riqueza de suas falas simples, mas de muita sabedoria no que tange a seus ofícios e seus modos de vida, é dificilmente captada em instrumentos de pesquisa com questões fechadas e/ou que privilegiem o quantitativo.

Quanto à metodologia³⁸, com o objetivo central de analisar impactos sociais e econômicos decorrentes da implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval sobre o território quilombola Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA, para o alcance dos objetivos específicos utilizou-se um conjunto de técnicas de pesquisa³⁹ em que a observação⁴⁰ e a entrevista⁴¹ constituem-se em elementos principais. (Ver **Esquema 1**).

³⁸ A metodologia, segundo Lara (2007), é o conjunto de procedimentos técnicos na realização da pesquisa, a sistematização dos dados e a forma de análises dos resultados.

³⁹ Técnicas de pesquisa é o conjunto de preceitos ou processo de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de propósitos. (MARCONI & LAKATOS, 2009).

⁴⁰ A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. (MARCONI & LAKATOS, 2009, p.192).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Entender a forma de organização da comunidade;	Observação e entrevistas com a população e lideranças locais.
Identificar as Políticas Públicas que influenciam na manutenção e organização da comunidade;	Observação, entrevistas com a comunidade e em órgãos públicos e pesquisas bibliográficas e documentais.
Desvelar as expectativas dos moradores quanto à relação com a instalação do Empreendimento e as possíveis mudanças sociais e econômicas advindas desta instalação;	Observação e entrevistas com a população local.
Verificar a abrangência de empregabilidade proposta pelo Empreendimento e suas implicações para a segurança social do grupo;	Observação, entrevistas e pesquisas bibliográficas e documentais.
Conferir a existência de formação de mão-de-obra qualificada entre o grupo impactado/analísado para a ocupação dos cargos disponibilizados pelo Empreendimento;	Observação, entrevistas e pesquisas bibliográficas e documentais.
Indicar propostas a partir de demandas apontadas pela comunidade.	Observação e entrevistas com a população local e pesquisas bibliográficas e documentais para fundamentar.

Esquema 1- Estratégias de Pesquisa
Fonte: Elaboração própria, 2014.

A observação direta e intensiva foi realizada no ambiente real da comunidade, de forma semiestruturada, individual e não-participante. Ou seja, a pesquisadora se manteve presente na comunidade; com a observação aberta a elementos surgidos em campo, mas tinha objetivos pré-determinados; foi realizada somente pela pesquisadora; e ainda que se confunda o fato de estar em campo, como “observação participante”, a pesquisadora tomou contato com a comunidade, com os grupos e realidades vivenciadas, mas não se incorporou “ao ponto de confundir-se com ele”, como é conceituada a observação participante por Marconi & Lakatos (2009, p.196).

Anterior à entrada em campo, foi realizada uma busca por dados históricos, econômicos e sociais relevantes dos sujeitos e da área de estudo, com

⁴¹ A entrevista é uma conversa efetuada face a face entre o informante e o entrevistado, cujo objetivo é colher dados fidedignos através de uma conversação dirigida ou livre. (FIGUEREDO, 2010, p.96).

levantamentos em fontes primárias – relatórios técnicos, arquivos pessoais, artigos científicos, conversas formais e informais com a população e lideranças locais; e em fontes secundárias - livros, jornais, revistas e outras publicações que versassem sobre as temáticas: Enseada do Paraguaçu, Estaleiro Enseada indústria Naval, quilombo, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, impactos decorrentes de grandes construções, território, territorialidade, estudos de impactos ambiental e/ou outras referências convergente com a temática. (MINAYO, 2008).

As pesquisas de campo foram iniciadas ainda em 2013, com visitas esporádicas para contatos iniciais e mais intensivamente no período entre janeiro e fevereiro de 2014, para observações e entrevistas, em que a pesquisadora se dispôs a estar em campo de três a quatro dias por semana, totalizando neste período, 30 dias de pesquisa⁴².

Durante a estadia em campo, buscou-se uma convivência generalizada com a comunidade, mas destaca-se o acolhimento de três marisqueiras, as quais residem em extremidades opostas da comunidade e que desempenham grande influência na sua vizinhança. Essas marisqueiras foram importantes elos entre a pesquisadora e a comunidade. Uma por ser a marisqueira mais velha da comunidade, outra por ser considerada a líder da mariscagem entre as marisqueiras ativas, e a terceira por ser uma ligação local entre profissionais do Empreendimento e a comunidade.

A convivência com estes atores e suas vizinhanças, permitiu compreender diferentes interpretações dos moradores de Enseada quanto aos impactos do Empreendimento. Nestes espaços, além do contato com estas três importantes referências, também se buscou o convívio e/ou entrevistas com pescadores e marisqueiras de diferentes idades, comerciantes, pessoas que trabalham, trabalharam, desejam ou não desejam trabalhar para o Empreendimento. Em alguns momentos, interagindo e/ou os observando e/ou os entrevistando. No universo de atores, têm-se também funcionários dos órgãos públicos locais, a exemplo da Subprefeitura e do Posto de Saúde.

Respeitando os perfis dos entrevistados e os objetivos a serem alcançados, na construção dos instrumentos de pesquisa de campo foram elaborados

⁴² Durante o ano de 2014, outras cinco visitas à comunidade foram realizadas para verificar se os cenários identificados durante a pesquisa permaneciam. Com uma relativa proximidade entre Enseada do Paraguaçu e a cidade de origem da pesquisadora (Muritiba), optou-se por não pernoitar no quilombo, descolando-se diariamente entre 06 horas da manhã, com retorno às 17 horas, com pequenas alterações para antes ou depois, principalmente nos dias em que se acompanhava o grupo das marisqueiras ou a saída dos homens para a pescaria.

formulários⁴³ com questões centrais e abertas que serviram de roteiros para as entrevistas semiestruturadas⁴⁴, nas quais a pesquisadora apoiou-se para incitar a fala dos entrevistados, dando lugar a outras questões a partir de suas respostas.

A elaboração de questões centrais facilitou os diálogos para com os entrevistados, principalmente nos momentos em que, de forma não agendada, sujeitos do cotidiano da comunidade se desvelaram em valiosas fontes de informações, os quais não foram desprezados sob pena de não haver uma nova chance com estes atores, seja nas embarcações durante as travessias, nos locais de refeições durante o almoço, na praça ou embaixo das frondosas árvores fugindo do sol quente, observando as mulheres mariscando ou limpando seus mariscos, ou conversando com algum pescador nas embarcações e/ou dono de bar. Nestes momentos, a estratégia dos roteiros foi importante para a assimilação das questões centrais, já que com o tipo de método adotado torna-se inviável estabelecer uma relação de aproximação entre pesquisador e pesquisado estando constantemente com uma prancheta na mão.

Para registrar as informações e impressões coletadas, o diário de campo tornou-se um instrumento de pesquisa indispensável, com anotações pontuais no decorrer das entrevistas e relatos completos das mesmas ao final do dia, inclusive sobre atores e cenários. Quando permitido e o tempo e o local favoreciam, também foram feitas gravações de áudio, que depois foram transcritas e agrupadas de acordo com os objetivos do trabalho. Buscando transformar estas informações em resultados científicos, utilizou-se o processo da Análise do Discurso, cujo próprio nome, segundo Orlandi (2001), trata do discurso, da palavra em movimento. “Com o estudo do discurso, observa-se o homem falando” (p.15), buscando não só as palavras em si, mas também a interpretação da fala, metáforas, gestos, silêncios e pausas do interlocutor, situando-os no meio em qual está inserido.

Quanto à identificação dos entrevistados, dentre eles, alguns só concordaram em falar ou só se sentiram mais a vontade, após a afirmação de que não seriam identificados individualmente na pesquisa. Sendo assim, para criar uma unidade

⁴³ Para Marconi & Lakatos (2009), o formulário é um dos instrumentos essencial para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.

⁴⁴ De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada mantém a presença atuante do pesquisador no processo de coleta de dados, favorecendo não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade.

optou-se que quando necessário, seriam utilizadas letras iniciais dos nomes ou dos apelidos para todos, seguido da idade.

Em sustentação aos métodos e metodologias escolhidas, tendo por objetivo construir parâmetros para delimitar a pesquisa e direcionar a avaliação de impactos sociais e econômicos, debruçou-se sobre as seguintes fontes secundárias:

No caso dos impactos sociais, chegou-se às indicações descritas no documento de Avaliação de Impactos Sociais (AIS) proposto pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA, 2009), que surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos, a partir da crescente preocupação sobre os impactos das atividades humanas na saúde e no ambiente biofísico, tornando-se lei em 1970. Mas foi em 1992 que a IAIA foi cabalmente reconhecida na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro – a Rio92, tornando-se um método mundialmente aplicado para análise de impactos que possam identificar futuras consequências de uma ação em curso ou proposta.

Baseado no IAIA, para alcançar quais impactos sociais decorrentes da implantação do Empreendimento no quilombo Enseada do Paraguaçu, as observações, entrevistas, pesquisas de campo, documentais e bibliográficas, buscaram avaliar mudanças no modo de vida das pessoas; seu sistema político; o ambiente em que vivem; o nível de segurança e riscos e ruídos a que estão expostas; a água que utilizam; saneamento; disponibilidade de alimentos; acesso à saúde e bem-estar; a coesão; estabilidade; identidades; segurança física; e o acesso aos serviços, infraestruturas e equipamentos.

Para o alcance do objetivo de avaliar o impacto econômico da implantação do referido Empreendimento na supracitada comunidade, baseou-se pelo método de Estudos de Impacto Económico, criado pela Price Waterhouse Coopers⁴⁵ (PWC), que consiste em um método de estudo aplicado em mais de 150 países, usado para medir alterações provocadas devido a intervenções de qualquer natureza (seja na infraestrutura, organização de eventos, alterações legislativas e regulamentares), suscetível a gerar um impacto socioeconômico.

Este método analisa mudanças capazes de provocar ações direta, indireta e/ou induzido. Sendo considerada como direta, quando as mudanças afetam atividades e setores econômicos; indireto, quando age na produção e geração de

⁴⁵ Disponível em: http://www.pwc.es/es_ES/es/sector-publico/assets/brochure-estudios-impacto-economico.pdf Acesso em: 08/04/14.

empregos nos setores que indiretamente beneficiam investimentos e despesas, ou seja, aqueles que fornecem aos setores diretamente, ofertando bens e serviços necessários para a sua atividade; já o induzido, corresponde ao consumo de bens e serviços, de investimentos e despesas, pelos empregados nos setores que beneficiam, diretamente ou indiretamente.

No caso de Enseada do Paraguaçu, diretamente foram analisadas ações provocadas pelo Empreendimento; indiretamente, pessoas, empresas ou organizações que mantêm relações econômicas direta com o Empreendimento; e induzido, fatores decorrentes da instalação de bases econômicas atraídas para atender tanto aos funcionários do Empreendimento, quanto das empresas e organizações que mantêm relações com o Empreendimento.

Ao final da pesquisa, respeitando os referenciais teóricos e metodológicos aqui mencionados, as informações coletadas foram analisadas e agregadas com referenciais bibliográficos encontrados, com o propósito de produzir uma síntese sobre a discussão.

3 UM ESTALEIRO NAVAL NO QUILOMBO ENSEADA DO PARAGUAÇU

Este capítulo tem como proposta apresentar e discutir a implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, o posicionamento da Sociedade Civil Organizada em torno desta implantação, bem como, as ofertas de empregos que sustentam esta implantação e como este cenário vem influenciando nas interações sociais da comunidade.

3.1 A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL

O Empreendimento Enseada Indústria Naval faz parte de um conjunto de estratégias do governo do estado da Bahia em apoiar a implantação de grandes obras para além dos eixos das capitais, que por sua vez está voltado a atender o objetivo do Estado brasileiro em revitalizar sua indústria naval e atender suas demandas pós-descoberta do pré-sal. (BRASIL, PAC 2, 2010)⁴⁶.

Conforme consta no Estudo do Impacto Ambiental e Relatório do Meio Ambiente da área do Estaleiro Enseada do Paraguaçu⁴⁷, em 2008 dera-se início a estudos locacionais para a implantação de três empreendimentos voltados à construção de navios e plataformas na Baía de Todos os Santos, mas especificamente nas proximidades da Baía de Aratu, Madre de Deus e o Baixo Paraguaçu, que se configuravam como locais ideais para instalações deste porte.

Por motivos operacionais que exigiam grandes mudanças, principalmente no espaço físico e deslocamento de pessoas residentes nas áreas, restringiram-se as possibilidades de implantação do Empreendimento ao Baixo Paraguaçu, especialmente no município de Maragogipe/BA.

Primeiramente o Empreendimento abarcaria três áreas distribuídas ao longo do Rio Paraguaçu (Ponta do Corujão, Ponta do Buri e Ponta do Seguro), porém devido a intervenções de órgãos licenciadores e do Ministério Público, reduziu-se para apenas um, sendo eleita a área da Ponta do Corujão, especialmente pela

⁴⁶ Balanço PAC 2(p.101). Disponível em:<http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/PAC_8_web.pdf> Acesso em: 13/02/2014.

⁴⁷ Desde junho de 2014, denominado Enseada Indústria Naval, como já descrito anteriormente.

profundidade do calado e proximidade com o Canteiro de Obras de São Roque, que foi ampliado para atender os anseios iniciais, já que a área de ocupação foi reduzida para cerca de 1/3 do tamanho inicialmente projetado. (**Figuras 05 e 06**).



Figura 05- Local do Empreendimento em relação ao Canteiro de São Roque
Fonte: EIA/RIMA, 2009. / Jornal Grande Bahia/2012.



Figura 06- Empreendimento em fase de construção
Fonte: Constran.com.br

O Empreendimento é um consórcio entre as empresas ODEBRECHT, OAS, UTC Engenharia e a Kawasaki Heavy Industries. Esta última se integrou ao grupo em 2012. A ODEBRECHT, OAS e UTC Engenharia se uniram em um só grupo denominado de EEP Participações, ficando com 70% das ações e a Kawasaki com

30%. Internamente o EEP Participações divide-se em 50% para a ODEBRECHT, 25% para a OAS e 25% para a UTC Engenharia.

Ocupando um terreno de 1.546.854,03m² (aproximadamente 150 hectares) e mais 30.127,92 m² de terreno da União⁴⁸, o Empreendimento tem a proposta de processar 36 mil toneladas de aço por ano para a fabricação de navios, plataformas e unidades de perfuração voltadas para as atividades da indústria petrolífera (Offshore). A pedra fundamental que deu início as obras do Empreendimento, foi colocada pelo Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner e a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 13/07/2012. O prazo para o fim das obras é de até 2015.

O terreno preterido e ocupado pelo empreendimento estava originalmente no interior da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Iguape, porém numa ação sem precedentes no país, os limites desta Unidade de Conservação foram revisados após o início do processo de análise de implantação do Empreendimento, através da Medida Provisória 462/0949 (Art. 28 da Lei nº 12.058 de 13/10/2009), deixando tanto o Canteiro de São Roque do Paraguaçu, quanto à área preterida para o Estaleiro de Enseada, fora da área da RESEX Baía do Iguape⁵⁰.

Com a demarcação da RESEX, deixando o espaço preterido pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval fora da área de proteção ambiental, o terreno que correspondia a fazenda Boa Vista do Corujão e Dendê, fazenda Cruzeiro e fazenda Gurjão, foi adquirido pelo Consórcio dono do Empreendimento por quatro milhões de reais, formando uma única área. A delimitação geográfica desta nova área apresenta o Empreendimento como vizinho ao povoado de Enseada do Paraguaçu, sem menção a terras em conflitos ou em processo de

⁴⁸ Dados disponíveis no documento de identificação da área adquirida pelo EEP, no Anexo C e D.

⁴⁹ Com uma emenda conhecida no jargão político, como “contrabando”, por se tratar de tema estranho ao escopo da medida provisória. A MP 462/09 tinha como tema central o repasse financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Nesta mesma MP a Poligonal da Floresta Nacional de Roraima também foi redefinida. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/congresso-muda-florestas-com-emendas-em-mp/>. Acesso em: 20/01/2014.

⁵⁰ Juntamente com esta ação, o Governo do Estado da Bahia, através do Decreto de nº 11.440 de 19 de fevereiro de 2009, declarou a área de terra medindo 3.379.335,5157m², localizada na Ponta do Corujão, no Município de Maragogipe-Bahia, como de Utilidade Pública, destinada à implantação de um Pólo de Indústria Naval, denominado de Pólo 2 de julho, cujo este já foi assinado o Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado da Bahia, o EEP e as empresas ASK, OAS, Odebrecht e UTC. Dados disponíveis em: <http://www.seplan.ba.gov.br/noticias/polo-industrial-no-reconcavo-vai-gerar-20-mil-empregos.html> Acesso em: 21 de janeiro de 2014.

demarcação territorial para a comunidade remanescente de quilombo Enseada do Paraguaçu⁵¹.

Como foi uma ação sem precedentes no país, não foi possível achar documentos legais que explicassem a razão pela qual a área que deixou de pertencer a RESEX Baía do Iguape, cuja esta por estar na categoria de Área de Uso Sustentável que já são criadas com a obrigatoriedade de desapropriação de terras, “voltou para as mãos dos antigos donos e/ou herdeiros” que as venderam ao Empreendimento.

Atualmente, após a terraplanagem da área do Empreendimento (**Figura 07**), com a retirada de 2,473 milhões de m³ de arenito e solo mole, e a dragagem para a construção do dique seco com o aprofundamento das bordas do rio Paraguaçu na área em frente do Empreendimento, retirando 2,616 milhões de m³ de areia e arenito, o Empreendimento encontra-se com 75% das obras concluídas (**Figura 08**).



Figura 07 - Imagens da Terraplanagem na área do Empreendimento
Fonte: Arquivo particular do pesquisador, 2012.

⁵¹ Documento de compra e venda das fazendas. (Anexo B). Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/PDF/AnunciosPublicos/maragogipe/EstaleiroEnseadaParaguacuSAMaragogipeBA.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2013.



Figura 08 – Vista aérea do Empreendimento⁵²
Fonte: Ascom.ba.gob.br, 2014

É necessário esclarecer que no fechamento deste trabalho, dezembro de 2014, o Empreendimento Enseada do Paraguaçu teve suas obras parcialmente paralisadas, com demissão de cerca de 1.000 operários após o atraso no repasse financeiro da empresa contratante, a Sete Brasil, ao Empreendimento. Mas críticos da área, em destaque para Neuza Maria, Diretoria Executiva & Editorial do Portal e TV Fator Brasil, apesar de confirmarem a crise que atingiu a Sete Brasil, tendo como principais impactos o reajuste nas políticas de investimentos público e mudanças no cenário macroeconômico alegam ser uma crise passageira diante da real condição de enormes reservas de petróleo do Brasil⁵³.

Mas estas mudanças não afetam sobremaneira o resultado deste trabalho, uma vez que as análises principais decorrem dos impactos já causados pelo Empreendimento ao quilombo Enseada do Paraguaçu.

3.2 NEM LEIS, NEM DECRETOS: o redesenho da RESEX e a sobreposição do território do quilombo Enseada do Paraguaçu

Oficialmente em 28/10/2008, o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, protocolou no IBAMA (Ofício Nº

⁵² As áreas de vegetação em torno do Empreendimento, inclusive a que o delimita com as residências da comunidade, não pertencem a comunidade e sim é área de 'reserva ambiental' do Empreendimento.

⁵³ Dados disponíveis em: <http://sinaval.org.br/2014/12/4893/>. Acesso em 15/12/2014.

482/2008) o pedido de agendamento de reunião para apresentação do Polo da Indústria Naval do Estado da Bahia. A implantação deste Estaleiro as margens do rio Paraguaçu, no 'território do quilombo Enseada do Paraguaçu', inicialmente na área da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, e os trâmites decorrentes desta implantação, levou grupos da sociedade civil, representantes das comunidades da área considerada de impacto do Empreendimento, comunidades acadêmicas e Ministério Público a se organizarem para impedir sua construção total, parcial ou mudança de local. (BELO, 2014; IBAMA, 2010).

E como primeiro ato público para discutir a instalação do Polo Naval na Bahia e seus impactos na RESEX Baía do Iguape, foi realizada uma Audiência Pública no dia 11/12/2008 movida pelo Ministério Público Federal na Bahia, juntamente com o Ministério Público do Estado da Bahia, com a participação da comunidade local, representantes do IBAMA, do Instituto de Gestão das Águas e do Clima, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia, do Instituto do Meio Ambiente, dentre outros órgãos municipais e personalidades políticas. (BELO, 2014; COMISSÃO PRÓ-IGUAPE, 2009; IBAMA, 2010).

Mas esta ação não ecoou aos órgãos de Estado, já que aparentemente, ainda que nesta audiência tenha ficado deliberado que pela inexistência de estudos qualificados sobre alternativa locacional, seriam adotadas medidas judiciais para que o complexo naval não fosse implantado no local preterido pelo Governo do Estado da Bahia, esta não foi ouvida pelos gestores estaduais e federais, que neste mesmo período estavam se mobilizando e legitimando contrato entre estado e empreiteiras e já acordando os prejuízos socioambientais da região, desconsiderando os pareceres técnicos e de entes judiciários. (BELO, 2014; IBAMA, 2010).

Analisando o Parecer Técnico de Nº 042/2010, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente sobre o EIA/RIMA (2009), podemos visualizar que outras audiências foram realizadas durante o processo de implantação, no entanto, o que nos chama atenção mesmo é a celeridade com o andamento de prazos e processos para a implantação deste Empreendimento. Em menos de 06 meses após a apresentação oficial do polo naval na área pretendida (28/10/2008 - 23/04/2009), a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia já estava encaminhando ao IBAMA, o Ofício nº

08/2009, no qual informava que o Estado da Bahia realizaria “os atos necessários para revisar as poligonais nas áreas em que se postula a instalação dos empreendimentos da Indústria Naval” (p.03), alegando o motivo de sobreposição com a área da RESEX Baía do Iguape. Ato que se concretizou através da Medida Provisória 462/09, como já citado anteriormente⁵⁴.

A esta celeridade, segundo a Secretária de Comunicação do Estado da Bahia (SECOM)⁵⁵, deve-se a urgência para em tempo participar da licitação da Petrobrás para a fabricação dos navios sondas.

Em resposta ao ato de demarcação da RESEX sem a realização dos tramites necessários para tal, que é no mínimo a realização de Audiências Públicas com a participação das comunidades envolvidas, a Comissão Pró-Iguape⁵⁶, como consta no relatório na sua página virtual⁵⁷, protocolou uma representação junto ao Ministério Público Federal solicitando, dentre outros:

- A nulidade dos decretos de desapropriação de áreas para fins de utilidade pública, uma vez que a área já é de interesse ecológico e social destinado a atividades extrativistas;
- A suspensão da propaganda do Polo Naval que estava sendo veiculada nas escolas da região, já que o vídeo que estava sendo divulgando ao público era de um empreendimento que ainda nem havia sido aprovado por processos de licenciamento;
- E a nulidade do Empreendimento na RESEX Baía do Iguape.

No entanto, de acordo com este relatório, nenhuma dessas ações teve resposta.

⁵⁴ Ver Figura 15 - Mapa das Poligonais da RESEX Marinha Baía do Iguape alteradas.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www2.secom.ba.gov.br/noticias/2010/04/20/estaleiro-do-paraguacu-recebe-licenca-do-ibama>>. Acesso em: Dezembro de 2014.

⁵⁶ A Comissão Pró-Iguape é formada pelas seguintes organizações: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; Rede Manguemar Bahia; Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá; Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental – Germen; Programa Marinho da Conservação Internacional – CI; Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Fundação Movimento Ondazul; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR; Edumangue; Projeto GeografAR – IGEO UFBA / CNPq; Projeto Marena – IGEO UFBA / CNPq; Instituto Búzios; e Pesquisadores de Instituições de Ensino e Pesquisa.

⁵⁷ PÓLO NAVAL X RESEX do Iguape, Conflitos entre a Legalidade, Legitimidade e Sócio-biodiversidade (2009). Disponível em: <http://comissaoproiguape.wordpress.com/2010/05/21/sociedade-aciona-mpf-ba-contra-empiteiras-na-reserva-do-iguape/> Acesso em 20/12/2013.

As legislações atuais tem se mostrado insuficientes para garantir territórios já conquistados por comunidades e povos tradicionais, assim como também o redesenho da RESEX abriu um precedente que ameaça a garantia de áreas de proteção ambiental. O acordo firmado pelo executivo em 2009, pondo fim a inserção de Medidas Provisórias 'Contrabando', cujos assuntos diferem do escopo da Medida Provisória Central, ainda em 2014 é uma quimera, uma vez que tem sido recorrente o Congresso discutir e analisar Medidas Provisórias nesta situação⁵⁸.

Autores, a exemplo de Cathérine Prost (2010), ao discorrer sobre a implantação do Polo Naval na área da RESEX marinha Baía do Iguape, denunciam que para atender aos ditames do capital, utilizando-se do discurso do 'desenvolvimento', foi retirado das mãos das populações locais o poder de controlar seu espaço tradicional e a apropriação material e simbólica de seu território, impulsionando-os a sua desterritorialização, em particular das populações extrativistas que se mantêm da pesca e da agricultura de subsistência.

A implantação do Empreendimento Naval na Baía do Iguape, não compatibilizando o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, conforme apresentado no relatório da Comissão Pró-Iguape, transgrediu leis, acordos e decretos internos e externos, vigentes no país, de âmbito local, estadual e nacional, assim como Leis de crimes ambientais, Resoluções, Decretos Presidenciais, e outros, sendo alguns com base em documentos firmados pelo Brasil no exterior. Dentre os apresentados neste relatório, destaca-se:

- O Decreto nº 80.978, de 12/12/77, que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;
- A Lei No. 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente com o objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

⁵⁸ Os links a seguir indicam diferentes momentos de discussão contra Medidas Provisórias Contrabando, inclusive com ação da Ordem dos Advogados do Brasil em 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/congresso-muda-florestas-com-emendas-em-mp/>><<http://www.oab.org.br/noticia/21865/oab-quer-basta-no-uso-abusivo-de-mps-e-cobra-fim-de-contrabando-legislativo>><<http://www.oestadoce.com.br/coluna/veto-contrabando-em-mp-tenta-preservar-outros>>. Acesso em 13/05/14.

- O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC, 1988), que expressa o compromisso do Governo Brasileiro com o desenvolvimento sustentável em sua Zona Costeira, considerada como patrimônio nacional;
- O Decreto N º750/1993 que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médios de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências;
- A Lei Nº 6.855/1995 que dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- A Convenção sobre Diversidade Biológica (1998), que é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente;
- A Lei Federal Nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC)⁵⁹.
- A Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002 que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
- O Decreto Nº 6.698/2008 que declara as águas jurisdicionais marinhas brasileiras santuário de baleias e golfinhos do Brasil.

No que diz respeito ao espaço em que foi implantado o Empreendimento, enquanto área pertencente ao território do quilombo Enseada do Paraguaçu, apresenta-se ainda as seguintes transgressões:

- À Constituição Federal de 1988, nos Artigos: 215 que discorrem sobre o reconhecimento e proteção a Cultura popular, indígena e afro-brasileira; 216 sobre o Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial; 225 que discorre que todos têm direito ao meio ambiente

⁵⁹ Como está posto no site do Ministério do Meio Ambiente, as Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos: o de Proteção Integral e o de Uso Sustentável. O Primeiro admite o uso indireto dos Recursos naturais e é composto por cinco categorias – Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vidas Silvestres; já o segundo, tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais, e é composto por sete categorias - Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológica, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Lembrando que a RESEX Baía do Iguape é uma Reserva Extrativista em Área de Uso Sustentável.

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações; e68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual discorre que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

- A Constituição do Estado da Bahia/1989 que em seu texto reconhece o direito a terra quilombola, conforme o Art. 51 dos Atos das Disposições Transitórias (ADT) e que ao reconhecer dar prazo de um ano para o processo de titulação;

- A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que constitui o primeiro instrumento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais, que reconhece o direito de posse e propriedade dos povos tradicionais, inclusive sobre terras que não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência⁶⁰;

- O Decreto Nº 4.887/2003 que legisla sobre a regularização das terras dos territórios quilombolas e também define as competências dos órgãos envolvidos na implementação das Políticas voltadas a essa população; e

- O Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Com a apresentação destas legislações não se pretende negar a necessidade do país em desenvolver suas capacidades tecnológicas e fortalecer suas bases econômicas, e sim demonstrar o desrespeito com declarações e acordos

⁶⁰ O Brasil que além de Estado membro da OIT é um dos dez países com assento permanente no seu Conselho de Administração e ratificou esta Convenção por meio do Decreto Legislativo Nº 143, de 20 de junho de 2002.

internacionais que balizam relações internas e externas, principalmente no que tange princípios internacionais de uso comum, como da precaução; da incerteza; da equidade intergeracional; o da prevenção; do reconhecimento e preservação da diversidade; dentre outros (IAIA, 2009)⁶¹.

Entende-se que a viabilidade econômica é uma condição necessária para o desenvolvimento, porém, não o suficiente, como discorre Sachs (2009), já que se trabalhada como única possibilidade, provoca resultados sociais opostos aos almejados, em que a riqueza se concentra na mão de minorias e as diferenças sociais aumentam, com a marginalização simultânea de uma parcela importante da população.

Com a realidade da população na Baía do Iguape, composta em sua maioria por pescadores, coletores de caranguejos e extratores de piaçava⁶², nos leva a pensar, até onde, em nome do desenvolvimento, vale destruir a cultura destas comunidades tradicionais para fazê-las viver a busca pelo emprego, por estar disponível para um mercado de trabalho, que não se “abre” a eles, principalmente pela dicotomia entre o perfil dessas comunidades e o perfil exigido para o ingresso nesse mercado.

⁶¹ Princípio da Precaução deve ser aplicado a fim de proteger o ambiente, conceito que inclui os modos de vida das pessoas e a integridade das suas comunidades. Princípio da Incerteza - Onde houver ameaças ou potenciais ameaças de impactos sociais relevantes, a não existência de certezas sobre essas ameaças não deve constituir razão para aprovar a intervenção planejada; Princípio da Equidade Intrageracional – os benefícios das intervenções planejadas devem visar as necessidades de todos, e os impactos sociais não devem recair, de forma desproporcionada, sobre certos grupos da população, em particular as crianças e as mulheres, as pessoas com deficiência e os excluídos socialmente, certas gerações ou determinadas regiões; Princípio do Reconhecimento e Princípio da Prevenção, geralmente, é preferível e mais econômico, no longo prazo, evitar que se verifiquem impactos sociais negativos e danos ecológicos do que recuperar ou reparar os danos depois de terem ocorrido; Preservação da Diversidade - as sociedades e comunidades não são homogêneas. São demograficamente estruturadas (idade e gênero), e incluem diferentes grupos com diversos sistemas de valores e diferentes saberes. É necessário conferir especial atenção à análise da diversidade social existente nas diversas comunidades e à compreensão das exigências específicas que grupos especiais podem ter. Deve ter-se o cuidado de assegurar que as intervenções planejadas não conduzam à perda de diversidade social de uma comunidade ou à redução da coesão social. (IAIA, 2009, p.7).

⁶² Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/populacoes-tradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/255-reservas-extrativistas-baia-de-iguape-corumbau-canaveiras-e-cassuruba.html>> Acesso em: 26/11/2014.

3.3 “SORRIA: BONS EMPREGOS À FRENTE”

Apoiado pelos Governos Municipal, Estadual e Federal, a implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval em Maragogipe, tem se sustentado em torno da discussão do desenvolvimento regional, com a possibilidade do aumento da oferta de empregos e atração de novos estabelecimentos comerciais para atender as necessidades do Empreendimento. Com publicidade amplamente difundida nos meios de comunicação, divulgando números que oscilam entre 3 mil empregos diretos a 15 mil empregos indiretos, sendo que durante a fase inicial (etapa já concluída) seriam empregos para mão-de-obra da construção civil, utilizando-se de carpinteiro, serventes, operadores de guindastes e outros equipamentos, motoristas e operários para montagem de galpões. Já na fase de operação e funcionamento (fase atual), os números apontam empregos para operários qualificados, ou seja, soldadores, montadores, caldeireiros, inspetores de solda de qualidade, operadores especializados de guindastes e outros equipamentos.

As boas vindas ao estaleiro, como propulsor da economia e aumento da oferta de mão-de-obra, não tem sido propagada somente nas redes de comunicação local, mas também de veiculação nacional, como a revista Veja de fevereiro de 2014, que divulgou na matéria “SORRIA: BONS EMPREGOS À FRENTE”⁶³, que o município de Maragogipe está no 6º lugar entre as 10 cidades brasileiras com melhor proposta de emprego.

Esta ampla divulgação da oferta de emprego já reflete no aumento de moradores e transeuntes na região. Na travessia entre São Roque do Paraguaçu e Enseada do Paraguaçu, é possível conhecer pessoas de vários estados do país. Um estudo realizado por Carlos Eduardo Santos (2012), sobre São Roque do Paraguaçu, já apresentava dados demográficos da população flutuante neste distrito, com aumento exponencial em torno de 40% de moradores provenientes da revitalização do Canteiro de São Roque do Paraguaçu e da implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

Este aumento já apresenta reflexo também na especulação fundiária e imobiliária (**Figura 09**), tanto na comunidade de Enseada como na vizinha São Roque do Paraguaçu, em que comumente se ver placas com casas e terrenos a venda,

⁶³ Disponível em: <<http://www.zevaldoemaragogipe.com/2014/02/revista-veja-estaleiro-enseada-do.html>> Acesso em: maio de 2014.

geralmente de baixo padrão, mas já com custos elevados para a localidade, como alega uma moradora de Enseada, que reclama do alto custo dos terrenos, pois um terreno que há cinco anos valia dois a três mil reais, agora está no valor de 25 mil reais - “aí vem pessoas de fora e compra porque ninguém da comunidade tem condições de comprar um terreno que só dar para fazer uma casa”. Completa a entrevistada, D. X, 62 ANOS.



Figura 09 – Construções novas e terrenos demarcados em Enseada do Paraguaçu
Fonte: Arquivo particular da pesquisadora, 2013.

O que a fala da moradora nos faz refletir, é sobre a possibilidade de terrenos estarem sendo vendidos na área em que possivelmente seria demarcada para o quilombo Enseada do Paraguaçu. Mas a moradora parece não perceber esta questão e alega apenas o problema de estarem vendendo terrenos em área da RESEX Marinha Baía do Iguape, no entanto mais uma vez se constata a falta de informação na comunidade, já que esta área não mais estar inserida na RESEX, como já sinalizado anteriormente.

Em busca do tão sonhado emprego é também o motivo pelo qual diariamente é possível se ver filas que chegam a dobrar quarteirões nas portas das unidades de atendimentos dos SINES de Maragogipe e de Salinas da Margarida, que são os principais órgãos que captam ingressantes para este Empreendimento⁶⁴.

⁶⁴ O cadastro na página virtual do Empreendimento, normalmente serve de cadastro para trainees e profissionais de nível superior. Disponível em:

Em depoimentos alguns moradores de Enseada revelam que é necessário realizar uma verdadeira “turnê” para conseguir uma vaga temporária no Empreendimento, uma vez que o cadastro deve ser realizado no SINE de Maragogipe, ir até um posto de Salinas da Margarida e retornar ao Empreendimento e/ou a comunidade de São Roque do Paraguaçu, a depender do tipo de trabalho, de indicação e de grau de interação com determinadas pessoas de influência local. Há de se saber também, que existe um grande número de empresas terceirizadas contratadas para a realização das etapas que envolvem a construção do Empreendimento, o que acaba por gerar uma cadeia ainda maior de relações.

Além de atrair pessoas em busca de uma vaga de emprego, o Empreendimento tem também atraído Órgãos Governamentais, Não Governamentais e pequenas empresas que migraram para a região, disponibilizando capacitação profissional, geralmente para a área da construção civil. Quem não consegue acesso aos cursos gratuitos, geralmente pagam por cursos particulares com esforços próprios e/ou em conjunto com familiares.

Os cursos disponibilizados pelo SENAI e SINE, ainda que grátis, tem sido de difícil acesso para moradores de Enseada do Paraguaçu, principalmente por não obterem informações em tempo hábil. De acordo com uma das entrevistadas (G. 36 anos), atualmente só 04 pessoas de Enseada estão no curso do SENAI. A entrevistada relatou ainda, que quando soube da inscrição já era no último dia e não deu tempo de ir até São Roque do Paraguaçu, onde estava à unidade de inscrição para os que não têm acesso a internet.

Mas o que a entrevistada pareceu não saber é que com a idade de 36 anos, ainda que se inscrevesse, não seria selecionada, pois atualmente os cursos ofertados através do SENAI são para jovens entre 17 a 21 anos. O SINE também tem ofertado cursos para jovens, preferencialmente do último ano do ensino médio e que tenham o perfil de acordo com os condicionantes dos Programas de Transferência de Renda.

O Empreendimento Naval também tem disponibilizados cursos através do Programa Ondas - direcionado a seus funcionários; o Programa Acreditar - para ajudantes de carpintaria, pedreiro e eletricitas que saibam ler e escrever; e o

Programa de Trainee - treinamento de profissionais com bacharelado em áreas de interesse do Empreendimento.

É perceptível que os cursos para a população em geral, são mais voltados para a fase de implantação do Empreendimento, com o perfil de profissionais para área de construção civil. Já para a fase de funcionamento, em que de acordo com a divulgação da empresa, necessitará de profissionais especializados⁶⁵, os cursos desta área estão sendo ofertados pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que realiza seleção bienal através de provas escritas de acordo com o grau de instrução⁶⁶.

Os cursos do PROMINP são realizados na sede do município, o que para a população de Enseada, dificulta seu acesso, tanto para os que estão desempregados, que não dispõem de recursos, como para os que estão empregados, que não dispõem de tempo. Com exceção de trabalhadores que exercem a função de auxiliar de serviços gerais (encontrado 02 pessoas na comunidade exercendo esta função), os demais trabalhadores que ainda estão empregados no Empreendimento, sabem que não se enquadram no perfil para as próximas fases de operação do Empreendimento e desejam se aperfeiçoar para este fim, no entanto, com o trabalho diário não dispõem de tempo para buscar estes cursos, e a noite, além de estarem cansados, é perigoso se deslocar pelas vias marítimas até a sede, e alegam que se fossem pelas vias terrestres, não chegariam a tempo devido a distância e condições precárias das estradas.

A oferta de cursos para a fase inicial do Empreendimento caminha em direção aos questionamentos levantados durante a construção do projeto de pesquisa para esta dissertação, questionando se de fato seria apenas na fase inicial que os moradores da comunidade de Enseada do Paraguaçu seriam acolhidos. Esta condição se confirmou e tende a continuar, devido ao improvável ingresso destes

⁶⁵ Caldeireiro naval; Soldador de aço carbono arame tubular; Soldador de aço carbono eletrodo revestido; Soldador de aço carbono TIG; Eletricista industrial; Eletricista instalador; Montador de equipamentos mecânicos; Pintor industrial naval; Jatista industrial; Operador de guindaste; Técnico de refrigeração e climatização; Operador de ponte rolante; Rigger; Encanador naval; Mecânico de manutenção; Serralheiro; Maçariqueiro; Operador de empilhadeira; Mecânico montador, etc.. Disponível em: <http://issuu.com/estaleiroenseada/docs/jornal_navegando_juntos_5>. Acesso em: 15/04/2014.

⁶⁶ No ensino fundamental I com provas de português e matemática; no Fundamental II e nível médio, com provas de português, matemática, raciocínio lógico e conhecimento de informática; e no nível Superior, com provas de português, matemática, raciocínio lógico, conhecimento de informática e conhecimentos específicos.

moradores nos cursos do PROMINP que dão acesso às demais fases do Empreendimento, pois as exigências para conseguir uma vaga no curso continuam a não caminhar em consonância com a realidade dessa comunidade, haja vista seu perfil de pescador e marisqueira artesanal.

4 O ALCANCE LOCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo se apresenta de forma geral a “entrada” dos quilombolas e de seus territórios na Agenda Política, aprofundando a discussão na ausência do papel do Estado em Enseada do Paraguaçu, que cede espaço para ações empresariais.

4.1 OS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AGENDA POLÍTICA

Se a constituição de “Políticas” decorre da dimensão da política propriamente dita, em que coalisões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação política, assim como discorre Capella (2006), anterior à década de 1980 as comunidades negras (rurais ou urbanas) não tinham representatividades suficientes que impulsionassem à formulação de Políticas direcionadas para atender as suas particularidades, sendo apenas englobada enquanto população brasileira a partir de ações gerais das Políticas, as quais atuavam numa “simbiose de tutela e favor” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008; PEREIRA, 2008) para a legitimação da classe dominante em ambiente de restrição de direitos políticos e civis.

É somente na década de 1980, com o Brasil transitando entre elementos capazes de colocar novas discussões na agenda das Políticas Públicas, “Clima ou humor nacional, Forças Políticas organizadas e mudanças no interior do governo” (CAPELLA, 2006), que a antiga luta do Movimento Negro Unificado (MNU) ganha espaço no cenário nacional, culminando com as conquistas na Carta Magna de 1988, com os art. 215 da Cultura, 216 de Sítios Históricos e Patrimônio Cultural, e em seguida no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/ADCT, com o indicativo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo e seu acesso a terra.

Little (2002) discorre que:

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos. (LITTLE, 2002. p, 13).

Mas as indicações da Carta Magna não se transformaram em ações diretamente operativas já que na conjuntura neoliberal brasileira nos quase 15 anos após a Constituição Federal de 1988, vislumbrou-se no país um retrocesso nas Políticas sociais e/ou pouca ação neste quesito. É somente a partir de 2003 que se iniciam mudanças efetivas para a constituição de Políticas voltadas para comunidades negras rurais e urbanas, com o lançamento do Decreto Nº 4.887/03, que legisla sobre a regularização dos territórios remanescentes de quilombo e também define as competências dos órgãos envolvidos na implementação das Políticas voltadas a esta população.

A partir desse Decreto, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR⁶⁷ tornou-se a principal responsável pelos elos entre as Políticas, atuando na Coordenadoria do Comitê Gestor, sendo este o responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades Quilombolas que gerou em 2007 o Decreto Nº 6.040/07, instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições, conforme discorre o art. 2º desta política.

Desde então, as comunidades passaram a se organizar em associações e por meio desta requerer junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), sua certificação através da autodeclaração enquanto comunidades remanescentes de quilombo. Após alcançar a certificação, a própria comunidade passou a encaminhar pedido e/ou documentações para abertura de processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que a partir de estudos sobre a comunidade, no que tange a população e atividade econômica, delimita a área pertencente à comunidade e necessária a sua “reprodução física, social, econômica e cultural” (BRASIL, DECRETO Nº 4.887/2003, ART. 2º).

A partir do ano de 2004 essas comunidades entraram, pela primeira vez, como pauta do Plano Plurianual/PPA na peça 2004-2007 e atualmente com ações executadas pela SEPPIR e as promovidas pelo Programa Brasil Quilombola/PBQ,

⁶⁷ “Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678, a Secretaria nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro”. <<http://www.seppir.gov.br/sobre>>. Acesso em: 15/03/2014.

as comunidades continuam na peça 2012-2015, no Plano Brasil Maior, com a temática de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.

Concomitante a este movimento político, pesquisadores e membros de Movimentos Sociais e Organizações de Sociedade Civil se reuniram para a ressignificação do termo 'QUILOMBOLA' para além do binómio fuga/repressão, incorporando um amplo leque de situações nas quais em vez de considerarem apenas grandes deslocamentos por parte dos escravos, foram incluídos casos de apropriação efetiva de grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram, com grupos "aquilombando a casa grande". (LITTLE, 2002, p. 5).

Oliveira (2010) coaduna afirmando:

O deslocamento do conceito histórico de "quilombo" e de "comunidade negra" ampliou o leque das circunstâncias para a "atribuição de identidades" aos "novos" e "velhos" grupos de quilombolas assegurando os fundamentos para os laudos de identificação da população negra e garantindo-lhes os benefícios revistos na Constituição. (OLIVEIRA, 2010. p.43).

O'Dwyer (2010) discorre que a partir de então, o termo 'Quilombo', foi para além da referência apenas a lugares que apresentam resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, assim como também não mais se restringe a grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem se define pelo tamanho e número de seus membros, "mas, sobretudo, consiste em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio". (O'DWYER, 2010. p. 42).

Ou seja, o reconhecimento não ficou restrito a áreas de quilombos que agregaram negros durante o período da escravidão, mas também para as comunidades que se autorreconhecem como seus descendentes, se identificando com o processo de luta por sua libertação, efetivação de direitos e resistência à sua cultura, sendo assim comunidade negra, rural ou urbana, remanescente⁶⁸ de

⁶⁸ Remanescente é um termo que vem do latim, *remanescere*, aquilo que resta, sobeja, fica (FERNANDES; LUFT; GUIMARÃES, 1998).

quilombo. Assim, a ampliação do conceito permitiu a inclusão de grupos até então excluídos nos caracteres para identificação enquanto quilombola⁶⁹.

E a partir desta ampliação se pôde notar avanços, após o reconhecimento formal dessas comunidades por parte do Estado⁷⁰ na Constituição Federal de 1988, com Ações, Programas e Políticas, seja de Estado ou de Governo, no intuito de acelerar o processo de reconhecimento, incluir e ampliar a discussão de pautas nas Políticas Públicas direcionadas a esta população.

Porém, ainda que com o entendimento de que foi necessário o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo a fim de lhes garantir êxito na luta por direitos, principalmente a terra, há de se ressaltar que apesar dessa conquista, se deve pensar em rebater os efeitos negativos que advieram deste processo, sobretudo a estigmatização sofrida por estas comunidades negras (rurais ou urbanas), imposta pela Constituição de 1988, a qual, como discorre Oliveira (2010), criou a necessidade de lhes atribuir uma identidade quilombola, pois para além de suas características, físicas, econômicas, políticas, culturais e sociais, foi necessário receber a alcunha de quilombola para que fosse reconhecida legalmente sua histórica luta para o acesso às Políticas Públicas.

Há também de se ressaltar alguns paradoxos das Políticas Públicas, pois se de um lado o Programa Brasil Quilombola (PBQ, 2012-2015) se propõe a dirimir a desigualdade racial e social, por outro lado o Estado abre concessões para instalações de empreendimentos, a exemplo da Enseada Indústria Naval, em território remanescente de quilombo, com a propositura de 'utilização desigual' dos recursos naturais e vegetais deste território. O Decreto Nº 6.040/07 deixa claro que o simbolismo destes territórios é materializado no uso histórico, político e cultural das terras ocupadas pelos seus antepassados.

O mesmo Estado que protege reconhecendo esta população, contribui com o processo de desterritorialização ao pedir uma nova demarcação da área da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape para concessão de parte da área ao Consórcio

⁶⁹ Até o final de 2013, 2.007 comunidades remanescentes de quilombo receberam a certificação da FCP, sendo que destas, 494 estão no estado da Bahia. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88> Acesso em: 03/04/2014.

⁷⁰ Faz-se pertinente discorrer que por Estado entende-se tanto as Instituições que o formam quanto as funções que estas Instituições desempenham. As Instituições compreendem órgãos legislativos, incluindo assembleias parlamentares e instituições subordinadas voltadas à elaboração de leis; órgãos executivos, incluindo departamentos governamentais e ministérios; e órgãos jurídicos - principalmente tribunais - com a responsabilidade de obrigar ao cumprimento da lei e de aperfeiçoá-la por intermédio de suas decisões. (Ham e Hil, 1993).

Enseada Indústria Naval, enquanto a comunidade residente aguarda desde 2006 os trâmites legais para a demarcação em um território agora suprimido.

Essas ações e a filosofia do desenvolvimento implícito nessas concessões, tão distante da “ideia de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente e economicamente sustentável” (SACHS, 2009 p. 23), tendem a acirrar as desigualdades raciais, sociais e econômicas simbolizadas em territórios socialmente construídos.

4.2 A AUSÊNCIA DO ESTADO CRIANDO ESPAÇO PARA A AÇÃO EMPRESARIAL EM ENSEADA DO PARAGUAÇU

Com os avanços no cenário político de inclusão das comunidades negras na Agenda Política, como explicitado acima, as comunidades remanescentes de quilombo ao receber a certificação, passam a ter visibilidade em relação ao acesso às Políticas Públicas e esta condição leva às famílias quilombolas a receber a titulação do território, participar do Programa Brasil Quilombola, a ser habilitada para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e serem prioridades em outros programas federais, a exemplo do “Minha Casa, Minha Vida”. (BRASIL, 2013⁷¹).

Porém, apesar destas ‘vantagens elencadas’ pela FCP, esta ainda não é a realidade de Enseada do Paraguaçu, pois sem ações aparentes por parte do Estado para inferir na melhoria das condições de vida das 200 famílias residentes no quilombo, eles enfrentam problemas estruturais diante do cenário de ausências de Políticas Públicas voltadas a atender suas necessidades.

Em Enseada do Paraguaçu não há conjuntos habitacionais; as ruas não têm pavimentação ou limpeza pública; não há coleta regular de lixo; muitas das residências não têm banheiros, cujos dejetos são lançados ao solo, em fossas ou diretamente no rio ou no mangue; e não há cooperativas que incentivem a produção ou escoamento da atividade econômica local, que é basicamente proveniente do pescado e marisco.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2013/05/fundacao-cultural-palmares-titula-mais-54-comunidades-quilombolas/>>. Acesso em: Junho de 2013.

Quanto à aparência e estrutura das residências, ainda há construções de pau-a-pique⁷², outras já seguem uma tendência atual muito comum nas localidades interioranas, que é o revestimento das fachadas com pisos e/ou azulejos, assim como também, já apresenta algumas casas de dois pavimentos. Conforme relatos orais, muitas das construções foram reformadas de taipas para alvenarias com blocos, após a inclusão de grande parte dos moradores no Programa Bolsa Família⁷³, assim como também, com o auxílio recebido na época do DEFESO⁷⁴ e da aposentadoria dos membros idosos nas famílias. Há também algumas residências que foram reformadas pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval, por terem sido afetadas durante as explosões para o nivelamento do terreno a ser construído o Empreendimento.

Os problemas estruturais de Enseada são conhecidos pelos órgãos de Governo do município, como aponta o Plano Diretor de Desenvolvimento de Maragogipe (PDDM, 2010), no entanto sem menção a ações efetivas que modifiquem esta realidade, fazendo apenas a alusão de expectativas de mudanças futuras dessas problemáticas através de ações do Empreendimento Enseada Indústria Naval, tendo em vista que a comunidade logo estaria inserida na Área de Influência Direta do Estaleiro de Enseada e obras realizadas por este Empreendimento e/ou para este, seriam estendidas à comunidade.

Ou seja, uma ação clara de ‘transferência de responsabilidade do Estado para o Setor Privado’ (BRESSER PEREIRA, 1997), deixando o campo para a “Filantropia Empresarial ou novo tipo de ação social” (IAMAMOTO, 2001), que através de medidas paliativas tentam mitigar as expressões da questão social que são engendradas pelo próprio sistema capitalista.

⁷² Também chamadas de Taipa de mão. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2003-1/ecovilas/pau_a_pique.htm> Acesso em: 26/07/2014.

⁷³ É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, cuja renda familiar per capita seja inferior a R\$ 77 mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 24/07/2014.

⁷⁴ É um seguro desemprego pago pelo Governo Federal para pescadores artesanais durante os períodos de proibição de pesca, com o objetivo de assegurar a reposição e crescimento da população de algumas espécies de peixe. O Valor é calculado com base no salário mínimo e varia conforme o tempo de proibição para cada espécie. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm>. Acesso em 24/07/2014.

E com a proximidade do início das obras do Empreendimento, seja por ações já previstas no “Programa Luz para Todos⁷⁵” e “Programa Água Para Todos⁷⁶” do Governo Federal, e/ou muito provavelmente, com ações para atender as contrapartidas do Estado para a implantação do Empreendimento, fornecendo condições de infraestrutura, que “recentemente”, desde 2011, a comunidade passou a receber luz elétrica e água encanada.

O acesso a uma unidade de saúde e de segurança pública também está vinculada, para a comunidade, com a vinda do Empreendimento, pois em 2013, já com a instalação do Empreendimento, foi inaugurado na comunidade um posto municipal de saúde, com atendimento diário de enfermeira e auxiliar de enfermagem, sendo que o médico só atende duas vezes por semana. Este posto de saúde tem como referência a unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) de São Roque do Paraguaçu. Juntamente com este posto de saúde também chegou à comunidade uma subprefeitura e um módulo policial que funcionam em um prédio compartilhado. (Figura 10).



Figura 10–Posto de saúde, Subprefeitura e Módulo Policial.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

⁷⁵ Criado em 2003 pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia e com a participação da Eletrobrás e suas empresas controladas. O Programa Luz para Todos nasceu com o objetivo de levar luz a 2 milhões de domicílios rurais no Brasil, que antes viviam na escuridão. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=1277>>. Acesso em: 31/07/14.

⁷⁶ Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”, executado em conformidade com as diretrizes e objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto no 7.492, de 2 de junho de 2011, é destinado a promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm>. Acesso em: 31/07/14.

A subprefeitura funciona mais como uma extensão da Secretaria de Ação Social, onde uma, ou duas vezes por semana, técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social realizam atendimentos ao público e encaminham demandas para a sede do município. Já o módulo policial, que funciona em regime de plantão com policiais que se reservam em duplas, são referenciados da delegacia do município de Salinas da Margarida.

Sobre a unidade de saúde e a subprefeitura, ainda que com funcionamento precário sem atendimentos diário, a comunidade louva sua vinda, pois nunca tiveram acesso direto a estes serviços, já quanto ao módulo policial, apesar de considerarem importante, alegam que antes da vinda do Empreendimento nunca sentiram falta de polícia, mas que com o aumento de pessoas circulando na comunidade, a presença de policiais pode garantir a segurança de quem se desloca entre as matas do mangue.

Uma moradora (L, 47 anos), relata que a mesma não tem se sentido segura ao caminhar, ou permitir que seus filhos o façam como de costume nas matas em direção as áreas de mangue por rotineiramente deparar-se com trabalhadores do Empreendimento. Para ela, a presença de policiais na comunidade pode impedir algum ato de assédio.

No entanto, ainda que o módulo policial tenha sido declarado como ponto positivo para a comunidade a partir da vinda do Empreendimento, analisando a fala dos próprios moradores o que podemos considerar é que ocorreu uma ação necessária para inferir na realidade de insegurança atraída pelo próprio Empreendimento e não como demanda anterior da comunidade.

A realização de ações como estas, que possibilitam o mínimo de acesso a direitos nunca antes respeitados enquanto cidadãos, e em suas particularidades enquanto quilombolas, bem como reformas e construções realizadas pelo Empreendimento, principalmente por estarem sendo propagadas como benfeitorias e não como obrigações para diminuir seus efeitos no meio ambiente, social e cultural, tem gerado uma relação de gratidão entre determinados membros da comunidade para com o Empreendimento⁷⁷.

⁷⁷ Como o calçamento da área central da comunidade, reforma e ampliação da Praça Hermes da Silva Argolo, reforma da igreja de Nossa Senhora do Rosário (a padroeira local) e pintura da única escola da localidade, Escola Municipal Desembargador Oscar Dantas, que é de nível Fundamental I. A partir deste nível, os alunos tem que se deslocar até São Roque ou

A chegada da luz elétrica e principalmente da água tratada são os principais pontos que coloca o Empreendimento como um benfeitor, pois a ausência de água, em condições de consumo, sempre foi um sério problema na comunidade que utilizavam da água de uma represa rudimentar a qual os moradores relatam que era sem tratamento e exalava um forte odor.

Uma moradora declara com ênfase:

“[...] eu dou graças a Deus a este empreendimento aqui, porque se não fosse por causa dele ter vindo parar aqui a gente não ia ter água era nunca e o que a gente passou aqui por falta d’água, não desejo nem para meu pior inimigo. Tinha tempo que a água da represa tava tão fedendo que a gente tinha que pagar R\$10,00 por uma carga d’água que era trazida no lombo do animal [...]. Com uma família grande, às vezes não dava nem pra um dia [...] então esta água que veio pra gente por causa do estaleiro não tem nada que pague esta graça divina”. (M.L/64 ANOS).

Durante as entrevistas e conversas informais ficou evidente que esta relação de gratidão por parte dos moradores para com o Empreendimento, tem sido em muitas das vezes, motivo de se calarem quando questionados sobre impactos/mudanças na comunidade e na pesca e na mariscagem a partir da implantação do Empreendimento, assim como também, moradores que trabalham ou trabalharam para o Empreendimento ou tem algum de seus parentes nesta condição, principalmente os jovens, se negaram a responder algumas questões, deixando subentendido, com gestos ou falas entrecortadas, o medo de não serem acolhidos em futuras oportunidades de empregos.

Com este cenário, logo se percebe a necessidade de Políticas efetivas na comunidade, já que a realidade atual, além de não estabelecer uma relação saudável, não garante que as ações de melhorias as quais tem sido realizada pelo Empreendimento ou para ele, continuem após sua total implantação.

Como exemplo, tem-se o distrito de São Roque do Paraguaçu, que é uma comunidade vizinha a Enseda do Paraguaçu, que também tem na sua área instalado um empreendimento de porte parecido com o de Enseada, que é o Canteiro de

Obras construído pela Petrobrás na década de 1970, que ficou desativado por quase uma década, entre o início das décadas de 1990 e 2000, tempo em que a localidade sofreu com uma inércia financeira que impulsionou a migração de moradores para outras cidades em busca de trabalho⁷⁸. Atualmente este Canteiro está reativado por conta das necessidades operacionais do Empreendimento Enseada Indústria Naval, construindo sondas e outros equipamentos, o que muito o aproxima das características de um estaleiro de fato. Assim Maragogipe estaria com dois estaleiros em funcionamento, ainda que um (o canteiro), não regulamentado como tal.

No entanto, as condições de São Roque do Paraguaçu não melhoraram com esta reativação, pois é visível para qualquer visitante os problemas estruturais que enfrenta esta localidade de apenas 08 mil habitantes. Esta situação é relatado no Plano Diretor do Município de Maragogipe (PDDM, 2010),o qual apresenta que São Roque sofre com falta de água quase todos os dias, com diversas ruas sem energia elétrica, sem pavimentação e sem rede de esgoto, e que várias ruas alagam no período das chuvas devido às construções irregulares nos vales próximos as subestações. A via principal da localidade, que é o trajeto terrestre que leva até ao Canteiro de São Roque, ainda que asfaltado, segundo alguns moradores, há três anos que está bastante esburacado, o que faz com que automóveis e transeuntes disputem espaços.

Tomando por exemplo a situação de São Roque do Paraguaçu, reafirmamos que apesar do aparente “apadrinhamento” do Empreendimento com realização de ações em Enseada do Paraguaçu, nada garante sua continuidade após a efetivação das obras e consolidação do Empreendimento na localidade, sendo necessário que os Poderes Públicos e a Sociedade Civil, englobando a Comunidade, busquem ações que visem o empoderamento e independência, sobretudo financeira, destas comunidades.

Sen (2010) discorre que só a liberdade (política, social e econômica) promove o desenvolvimento, o qual é visto como expansão das liberdades, que por sua vez, propiciam novas lutas por liberdades de diferentes tipos, fortalecendo-se e gerando oportunidades, estando assim todos em constante processo de retroalimentação. A cadeia de “tutela momentânea” que parece se instalar em

⁷⁸ Informações coletadas durante a pesquisa de campo.

Enseada do Paraguaçu em relação ao Empreendimento, não caminha para este processo.

Intervenções, ainda na atual conjuntura, tornam-se urgentes, pois ao se concretizar a implantação do Empreendimento, o quilombo tende a sofrer com o agravamento de seu isolamento social e econômico, ficando com os prejuízos causados durante o processo de implantação, ou seja, sem espaço de pesca e mariscagem, sem autonomia de trafegar nas áreas do rio próxima a comunidade e com estradas inviáveis de se transitar.

5 CERCEANDO DIREITOS E A FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Este capítulo tem como proposta a reflexão acerca de mudanças causadas a partir da sobreposição do território de Enseada do Paraguaçu pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval, alertando para os riscos de desaparecimento de práticas tradicionais da comunidade decorrentes do cerceamento e delimitação de áreas de interação social.

5.1 A SOBREPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ENSEADA DO PARAGUAÇU: uma tradição em risco

Para Milton Santos (2003), se deve entender que ao falar de território, está se falando em território usado, que é o que Raffestin (1993) chama de espaço já territorializado por entender que o espaço é anterior ao território, cujo este só passa a existir após o uso, ou ainda, como discorre Burgos (2013), território é o lugar de referência, que é físico-material, é político, é econômico e é também simbólico.

É com base nestas referências sobre território que o presente trabalho compreende a sobreposição do território quilombola Enseada do Paraguaçu com a implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, e discorre sobre impactos sociais e econômicos decorrentes das relações estabelecidas nesta sobreposição.

A afirmação de sobreposição de território se baseia também, em dispositivos legais em que é defendida a apropriação do espaço o qual é usado pelos remanescentes de quilombo ou outras populações tradicionais, como sendo também enquadrado como território destas populações.

Entre as legislações que defendem territórios remanescentes de quilombo, podemos apontar os Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, assim como também o Art. 51 dos Atos das Disposições Transitórias (ADT) da Constituição do Estado da Bahia de 1989 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que além de reconhecer os remanescentes de quilombo como donos definitivos das terras por eles ocupadas, amplia este espaço não apenas para seus locais de moradia, mas também para locais necessários a sua reprodução social, cultural e econômica.

A afirmação do uso do espaço em que foi implantado o Empreendimento Enseada Indústria Naval, parte da própria população de Enseada do Paraguaçu quando declara, durante as entrevistas, a redução de seu espaço de pesca e de não haver mais áreas de mariscagem dentro da comunidade. Esta prática histórica que garantia a segurança social do grupo foi cerceada com delimitação do seu espaço de interação social (moradia, trabalho, lazer, etc.).

Além da população de Enseada, o Estudo do Impacto Ambiental e Relatório do Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA, 2009) da área de influência do Empreendimento Enseada Indústria Naval, também confirma o uso do espaço pelos quilombolas de Enseada, da área em que foi implantado o Empreendimento, ainda que em contradição, às vezes afirmando e em outras negando. No item 03 (p.26) é descrito que a área é de manguezal, mas não utilizado para pesca, mas no item 05, afirmam que é utilizado pelas marisqueiras, como pode ser visto na citação a seguir:

Na área do empreendimento a ser construído encontram-se manguezais utilizados pelas marisqueiras, o porto do Canto da Lama, que a comunidade utiliza como ponto de partida das canoas para o rio Baetantã, áreas de brejo e um rio que corta parte da Fazenda Corujão, chamado pela comunidade de rio da Fazenda (ITEM 5, p. 27).

Assim, a construção do Empreendimento Enseada Indústria Naval em Enseada do Paraguaçu, além de sobrepor-se a parte do território usado pelos quilombolas de Enseada, que parte dele não mais existirá, exceto na memória dos membros desta comunidade que vivenciam o paradoxo das Políticas Públicas de desenvolvimento, causou um impacto direto em todos seus moradores que se sustentam da arte da pesca e da mariscagem, uma vez que a delimitação de segurança, inclusive marítima, de 150 metros em torno do Empreendimento, obstruiu o acesso a pé aos manguezais das margens do rio Baetantã, que era o principal local de coleta de marisco da comunidade. (**Figura 11**).



Figura 11 – Obstrução do acesso a pé ao rio Baetantã
Fonte: Micromazza.wordpress.com, 2013

Para os pescadores que antes podiam usar toda a extensão do rio Paraguaçu até Salinas da Margarida, dentro de uma “regra de convivência” estabelecida entre os pescadores da região, agora estão com seu espaço de pesca delimitado e se dizem apreensivo com as embarcações do Empreendimento, pois além de afugentar os peixes do canal com a movimentação e o barulho, há o risco de virar as canoas ao trafegarem próximo as grandes embarcações e os transtornos com os estragos dos materiais de pesca, já que rasgam as redes de reça⁷⁹ que são colocadas no canal. Assim, eles têm que se deslocar cada vez mais longe para lançar suas redes.

A sobreposição do território de Enseada pelo Empreendimento, além de invadir áreas de uso comum dos moradores, também gerou a invasão de seu espaço privado, como podemos observar na imagem abaixo (**FIGURA 12**).

⁷⁹ Técnica de pesca denominada “rede de reça”, que consiste em lançar a rede no canal de acordo com o fluxo da maré e retirar após um determinado tempo.



Figura 12- Casa de um morador e um anexo do Empreendimento
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Está descrito no EIA/RIMA (2009) que o Empreendimento seria implantado com uma distância mínima de 100 metros da última residência da comunidade, para que fosse, segundo este documento, preservada a qualidade de vida dos habitantes, porém nesta imagem é possível visualizar o quintal da casa de um dos moradores de Enseada bem próximo a uma construção do Empreendimento, cuja esta, com janelas voltadas às dependências da casa do morador, invadindo sua privacidade. Logo os 100 metros descritos no EIA/RIMA (2009), como necessário para a preservação da qualidade de vida dos moradores, se não estiver fazendo referência apenas à sede do Empreendimento, não correspondem.

No interior do quilombo foi construído um portão que limita o espaço entre a comunidade e o Empreendimento. Nas **Figuras 13 e 14** podemos visualizar este portão que se encontra no caminho de areia antes utilizado pelos moradores para ir ao Porto do Canto da Lama e ao manguezal do rio Baetantã.



Figura 13 - Caminho de acesso ao rio Baetantã, antes do Empreendimento.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 14 - Portão de Acesso ao Empreendimento, dentro do quilombo.
Fonte: Arquivo particular do pesquisador, 2013.

A obstrução deste acesso ao rio e ao mangue tem sido uma das principais queixas das marisqueiras que comumente se deslocavam a pé para estas áreas, pois diferente dos homens, as mulheres não possuem embarcações. Elas utilizam apenas uma canoa de fibra sem motor, doada para a Associação Quilombola de Pescadores e Marisqueiras da Enseada pela Pastoral da Pesca no ano de 2010.

De acordo com as entrevistadas a canoa doada não comporta todas as marisqueiras em uma única viagem, por isto seria necessário realizar o trajeto várias vezes, no entanto as que dominam a prática da navegação padecem da exaustão do

desgaste físico oriundo da árdua tarefa da interação social da mariscagem. Neste sentido, apesar de todos que vivem da pesca e do marisco na comunidade serem impactados, o grau passa a ser diferenciado para as marisqueiras, já que as mesmas ficaram impossibilitadas de exercerem suas funções.

Assim, na fase inicial, as marisqueiras passaram a se manifestar com mais frequência contra a implantação do Empreendimento. Para atender as reivindicações das marisqueiras após um longo processo de negociação, o Empreendimento contratou um barqueiro para transportá-las, porém este percurso é feito apenas duas vezes em cada período do dia (ida e volta pela manhã e ida e volta à tarde), o que limita a autonomia das marisqueiras e o direito de ir e vir das mesmas, que são alternados pelos horários das marés, como podemos notar no relato de uma das marisqueiras:

O ruim é que quem não quiser voltar pra casa na hora do almoço, só volta de tardinha, mas antes minha filha, quem quisesse ia na frente de barco e quem tivesse uma roupa pra lavar ou comida pra fazer ia depois a pé por dentro da mata. Agora, agora não da mais [...] (MC, 63 ANOS).

A solução encontrada por algumas marisqueiras, que se organizaram em grupos, foi contratar barqueiros por conta própria, pagando o valor de 10 reais. Esse valor é dividido entre elas que às vezes pagam em mariscos. É oneroso, como discorre Dona MC, mas a vantagem, como a mesma relata, é poder escolher o horário e o local da mariscagem.

Avaliando que “visivelmente⁸⁰” esta comunidade tem uma expressiva quantidade de famílias em que as mulheres são as principais mantenedoras e/ou tem uma efetiva participação na manutenção econômica das mesmas, o fator impeditivo de continuarem realizando suas tarefas de mariscar nos dias e horas de forma autônomas, torna-se um importante fator negativo para a manutenção destas famílias.

⁸⁰ Utiliza-se o termo “visivelmente”, porque a pesquisa não realizou um censo e nem tinha por objetivo fazê-lo, mas as observações, conversas informais e entrevistas possibilitaram informações e impressões sobre tal realidade.

A impossibilidade de ir a pé para a mariscagem também está desencadeando outros problemas que podem se tornar irreversíveis para a comunidade, já que entre as mulheres que estão deixando de ir para a maré, estão principalmente as mais idosas. Estas marisqueiras relatam que desde sua aposentadoria passaram a ver a mariscagem como complemento de renda, e/ou para consumo próprio e familiar, mas também como uma atividade prazerosa que realizavam com parentes e amigos, sendo um momento de descontração em que se sabia de tudo da comunidade, porém desde a obstrução do caminho a pé para o mangue, devido à implantação do Empreendimento, se sentem impossibilitadas, por si só ou por reclamações dos seus parentes, para não se aventurarem nas marés nas embarcações.

Se levada em consideração, assim como contaram nas entrevistas, que estas mulheres aprenderam seus ofícios ainda quando crianças, acompanhando seus pais, avôs, tios, vizinhos nas marés, que os levavam para ensinar, ou outras que aprenderam só observando enquanto se divertiam nas águas do rio Paraguaçu e seus afluentes próximos, visualizamos aqui um problema de quebra no aprendizado entre gerações, ou seja, a não convivência social entre diferentes etapas de gerações (crianças, adultos e idosos).

Já nas falas das marisqueiras (retratadas em partes, abaixo), quando questionadas se tem havido mudanças na quantidade do marisco pescado por elas, podemos perceber influências desta falta de interação entre as gerações, pois as mesmas alegam que além de não ter sobrado áreas próximas à comunidade para mariscar, o que diminuiu drasticamente a quantidade do marisco pescado diariamente, ainda tem o problema de que as marisqueiras “mais novas” não diferem as espécies machos das espécies fêmeas. Há também o relato de que uma nova técnica de pegar caranguejo, colocando um laço na entrada da toca do animal, tem sido bastante prejudicial já que em muitas das vezes o caranguejo fica preso na linha e volta para toca, morrendo no seu interior, sem saber se é macho, fêmea, ou se o tamanho é o ideal para ser pescado.

[..] aqui era uma fartura de siri e caranguejo que nem precisava entrar no mangue para pegar [...] se chegasse alguém querendo comer um escaldado, em meia hora a gente ia no mangue e voltava com a bacia cheia, mas agora nem mangue tem mais [...] mariscar onde minha fia? (M. 79 ANOS).

[...] é verdade que este empreendimento aqui acabou com nosso mangue, mas também não vou mentir que tem muita gente fazendo coisa errada... essas marisqueira nova não sabe de nada, nem se importa se é fêmea... pega as bichinhas tudo cheia de ova [...]. (ML. 62 ANOS).

[...] e esta nova moda de pescar Aratu⁸¹ ... Hum! Faz um laço na boca da toca do bicho e os bicho se emaranha na linha e fica preso lá dentro. O bicho que não sai, morre na toca. Seja macho, fêmea, pequeno, grande [...]. (J. 34 ANOS).

É possível que o desconhecimento e a introdução de técnicas nocivas entre as marisqueiras “mais novas”, sejam justamente provenientes da falta de interação entre as gerações, dado a diminuição da realização de tarefas em conjunto entre diferentes faixas etárias, o que pode vir a agravar o quadro da falta de marisco na região próxima da comunidade.

Assim, a comunidade que sempre se autorregulou no consumo e manejo do marisco começa a necessitar de interferências externas voltadas a educação ambiental devido a este novo arranjo de comunidade, em que os idosos estão impossibilitados de serem os principais mestres na arte de passar seus conhecimentos através da interação social durante a mariscagem e quiçá, o direito de garantir através desta prática, a sua subsistência.

5.2 A DRAGAGEM E O AUXÍLIO

Em etapas da obra do Empreendimento, principalmente no período de dragagem para a construção do dique seco, os pescadores e assemelhados, não só de Enseada do Paraguaçu, mas também de outras comunidades da Área de Influência Direta do Empreendimento, ficaram impossibilitados de trafegar pelo rio Paraguaçu devido ao risco de colisão das pequenas embarcações com as dragas

⁸¹ Segundo as entrevistadas, tradicionalmente o Aratu (espécie de caranguejo), quando em abundância, pegava-se com as mãos mesmo, sem necessidade de buscar nas tocas, mas a forma mais comum de pescá-los é amarrar uma isca (que geralmente é um pedaço de qualquer resto de carnes, peixe, frango e também do próprio aratu), numa linha de nylon ou em um cordão que fica preso a uma vara, ora se movimentando, fazendo ruídos ou simplesmente esperando até fisga-los.

que levavam os resíduos retirados do terreno para o alto mar. Ficando assim, sem exercerem seus ofícios. E como medida mitigatória a esta impossibilidade de trafegar dos pescadores e assemelhados, o Empreendimento realizou doações de auxílio financeiro⁸² por um período inicial de três meses, que se estendeu por mais três meses. No entanto, este auxílio não abrangeu a todos os membros das comunidades pesqueiras.

Para receber o auxílio dado pelo Empreendimento, primeiramente era preenchida uma lista em cada comunidade, por pessoas das próprias comunidades, que indicavam quem exercia a atividade de pescador artesanal (incluindo os assemelhados). Mas conforme os relatos houve uma pressão não oficial para a diminuição no número de beneficiários o que favorecia a relação de compadrios, ou seja, com indicação de familiares e amigos de quem fazia as listas, gerando uma constante revisão de nomes inseridos. Isto acabou por ampliar a tensão entre Empreendimento e comunidades e internamente entre os membros de suas comunidades.

Após o nome nessa lista, era necessária a comprovação da identidade profissional de pescador ou assemelhado. E por fim, estes não poderiam ter nenhuma outra fonte de renda, nem mesmo aposentadorias ou pensões. Estas exigências foram feitas sem considerar o quantitativo da renda do pescado enquanto fonte complementar e necessária à sobrevivência do grupo familiar, que na maioria das vezes é extenso, com membros que já constituíram novas famílias residindo em um mesmo espaço.

Certamente a indicação de pessoas da própria comunidade para indicar os possíveis beneficiários, ainda que pareça uma forma de “participação” da comunidade, não foi a melhor opção, pois esta ação tende a impulsionar novas relações de poder e jogos de interesses. Uma alternativa possível seria a junção da ação de profissionais (especialmente de profissionais do Serviço Social), com a comunidade, principalmente porque este auxílio não foi dado a todos os membros destas comunidades.

⁸² Os moradores relataram o valor de um salário mínimo, mas o Empreendimento referiu-se apenas a uma “compensação financeira” sem declarar valores, como reafirmado em entrevista disponível em: <http://www.zevaldoemaragogipe.com/2013/04/eep-informa-conclusao-da-etapa-de.html>. Acesso em: 15/03/2014.

5.3 INTERAÇÕES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Como discutido nos capítulos anteriores, a sobreposição do território do quilombo Enseada do Paraguaçu pelo Empreendimento Enseada Indústria Naval tem promovido aproximações entre diferentes culturas decorrentes das interações sociais entre moradores de Enseada do Paraguaçu com trabalhadores do Empreendimento e pessoas “atraídas” para trabalhar neste, o que nos leva a discutir a possibilidade de surgimento de novas identidades dentro do quilombo Enseada do Paraguaçu.

Ao se falar em ‘identidade’, entende-se que este é um conceito em movimento (HALL, 2006), que é “fabricado no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2007, p.02). Quando se remete às comunidades remanescentes de quilombo, compreende-se também que a identidade quilombola é autorreconhecida pelo sujeito, por se sentirem representados por um “sistema de signos” (SILVA, 2007), que lhes atribui o sentido de ser quilombola, ou seja, “se ser quilombola é isto, então eu sou quilombola”.

No caso de Enseada do Paraguaçu, pensando na concepção de quilombola enquanto uma ‘identidade étnica não estática’, como já discorria Beatriz Nascimento (RATTS, 2006), - pois além de quilombolas, são também pescadores, marisqueiras, produtores rurais, ribeirinhos, etc., - estas identidades, culturalmente construídas, estão em similitude com a identidade quilombola, em que uma não necessariamente nega a outra. Mas dialogando com Stuart Hall (2006), quando o autor discorre que na medida em que se aumentam os contatos entre diferentes sistemas de significação e representação cultural, somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, que nos empurram a diferentes direções, é que podemos perceber as reais possibilidades de construção de novas identidades decorrentes das interações sociais entre os quilombolas de Enseada, transeuntes e novos moradores.

Para se pensar esta questão, utilizando mais uma vez do “espelho retrovertido” de Rosy de Oliveira (2010), retrata-se uma história contada por um morador que remete aos anos de construção e atividade do Canteiro de São Roque do Paraguaçu, em que homens, trabalhadores do Canteiro, mantiveram interações

afetivas com mulheres dessa comunidade e nasceram “Os filhos do Canteiro”⁸³, mas que com o fim das obras, remanejamento de funcionário e/ou desativação do Canteiro, os trabalhadores se foram e muitos deles nunca mais retornaram, assim podemos dizer que deixaram para trás “Os órfãos do Canteiro”. Na versão atual em Enseada, poderão ser “Os filhos e órfãos do Estaleiro”. A questão é se os futuros “Filhos e Órfãos do Estaleiro”, em que os pais poderão ser de diversas cidades e estados do país e até de outros países, se identificarão com a identidade de remanescentes de quilombo.

A partir de então, a questão passa a ser não ‘a identidade quilombola’, e sim a identificação do que é, ou não, ser quilombola, para os sujeitos em questão. Silva (2007) discorre que quando se afirma uma identidade, automaticamente negamos “aquilo que não somos” - ‘se eu sou isto, automaticamente também estou dizendo que não sou aquilo’. O autor discorre que na verdade, quando estamos nos identificando, estamos também nos diferenciando e que na construção da identidade, ou melhor, na disputa ao elencar os símbolos que fazem parte dessas identidades, está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade, com uma forte conexão com relações de poder.

Assim, na multiplicidade de interação entre diferentes identidades no quilombo de Enseada, sendo esta comunidade remanescente de quilombo, resta o questionamento de quais símbolos identitários serão reforçados diante de uma sociedade que ‘estigmatiza a identidade quilombola’⁸⁴.

Mas torna-se pertinente ressaltar, que ainda que momentaneamente o sujeito negue sua vinculação com a identidade quilombola, ele poderá, em qualquer momento, acessar esta identidade, pois uma vez reconhecida sua identidade enquanto remanescente de quilombo, assim como também o seu território, o sujeito os carrega consigo para onde quer que se desloque, ou como escolha interagir social, cultural e economicamente (LITTLE, 2005). Certamente, em dado momento da história, quando estes sujeitos se sentirem expropriados de seus direitos, acessarão sua identidade quilombola como mecanismo de proteção para assegurar

⁸³ Denominação das crianças que nasceram na época descrita, de pais desconhecidos.

⁸⁴ Em Enseada há relatos de preconceitos com sua identidade, principalmente com os jovens em convivência escolar em instituições fora da comunidade, com discriminação que vão desde a referência a sua descendência com pessoas escravizadas, a alcunhas que os denigrem, enquanto raça e cor da pele, assim como também, a sua condição econômica.

sua base material de existência. Sua identidade quilombola é acessada então, como instrumento de resistência para manter principalmente o seu território.

6 INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS DO EMPREENDIMENTO, MEDIDAS MITIGADORAS E A PNPCT

O presente capítulo tem como proposta apresentar e discutir as mudanças econômicas no quilombo Enseada do Paraguaçu após a implantação do Empreendimento, assim como também, impactos provenientes das medidas mitigadoras propostas pelo Empreendimento para agir na sobrecarga do pescado na Baía do Iguape e suas consequências diante da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

6.1 O EMPREENDIMENTO MOVIMENTANDO O COMÉRCIO LOCAL

A questão econômica, ou melhor, dos impactos econômicos do Empreendimento Enseada Indústria Naval em Enseada do Paraguaçu, ainda são indefinidos para a comunidade e durante o último ano ele oscilou de vilão a mocinho por alguns pares de vezes. Mas de modo geral para os entrevistados, no que concerne a empregabilidade direta⁸⁵, o Empreendimento foi bom para a região, mas não para eles em particular, haja vista que percebem muitas pessoas trabalhando no Empreendimento, porém dentre eles, pouquíssimos são de sua comunidade ou conhecidos, como discorre o entrevistado Sr. R. “bom deve está sendo para alguém né, porque é um vai e vem de gente trabalhando, mas daqui mesmo não. Já teve muito, mas agora... (*pausa*) é quase ninguém” (R. 49 ANOS).

A princípio muitos moradores da comunidade, principalmente os homens, foram de algum modo acolhidos, ainda que para “cavar buracos”, como discorre uma das entrevistadas. Porém, como o Empreendimento é realizado em etapas, as quais exigem diferentes níveis de profissionalização em cada uma delas⁸⁶ e envolvimento de diferentes empresas, muitos destes moradores já foram desvinculados, ou como no discurso dos moradores da localidade, “já estão desempregados e se achegando na pesca”.

⁸⁵ Retomando o método de Estudos de Impacto Económico, criado pela PWC, em que os impactos/mudanças, podem ser diretos, indiretos, ou induzidos.

⁸⁶ Primeiramente com a contratação para mão-de-obra da construção civil, utilizando-se de carpinteiro, serventes, operadores de guindastes e outros equipamentos, motoristas e operários para montagem de galpões, e posteriormente, a contratação de operários qualificados, entendendo estes como soldadores, montadores, caldeireiros, inspetores de solda de qualidade, operadores especializados de máquinas e equipamentos pesados.

Quanto ao impacto indireto do Empreendimento na comunidade, é possível apontar mudanças econômicas provocadas/induzidas pelo Empreendimento no comércio local, quando os entrevistados são unânimes no discurso de melhoria no acesso a determinados itens após a implantação do Empreendimento, pois com o aumento de pessoas transitando na comunidade, ocorreu também o aumento de números de estabelecimentos e eles já não têm que se deslocar sempre para as comunidades do entorno para adquirir produtos básicos⁸⁷.

Segundo os entrevistados, quase não existiam atividades comerciais na comunidade, tendo apenas uma venda, uma barbearia, dois bares, e uma vez por semana um caminhão se deslocava à comunidade, e ainda continua, para vender frutas e verduras. Já há quase 02 anos a venda mudou de dono e aumentou os gêneros alimentícios para venda de pães e ingredientes da cesta básica. Há ainda algumas residências que vendem guloseimas, como balas, geladinhos, pastéis e também churrasquinhos ao final da tarde.

Recentemente, com a ampliação da residência de um dos moradores para um prédio de dois pavimentos, mais um bar passou a funcionar na comunidade. No primeiro piso fica a moradia dos proprietários e no térreo, além de bebidas, servem almoços esporadicamente.

Já no início de 2013, outro estabelecimento passou a funcionar na comunidade, porém bem diferente dos padrões dos demais estabelecimentos. É uma lanchonete, com porta de vidro e bancadas com refrigeração, que funciona como restaurante na hora do almoço. O proprietário mudou-se para a comunidade no ano de 2010. A funcionária declara que a quantidade de refeições fornecidas ainda é pequena, atendendo apenas alguns trabalhadores do Empreendimento, porque “os pião” (palavras da entrevistada), fazem suas refeições em São Roque do Paraguaçu, as quais são fornecidas pelo Empreendimento.

Segundo o depoimento de um funcionário do Empreendimento (A. 32 ANOS), desde maio de 2014 que entre as refeições fornecidas não está inclusa o jantar para o grupo diurno, pois para tal, o Empreendimento passou a disponibilizar um cartão ‘Vale Alimentação’. Esta ação aparentemente é para movimentar a economia local,

⁸⁷ Mas os entrevistados relatam que mensalmente ainda é necessário se deslocar até Maragogipe sede, Conceição de Salinas ou Santo Antônio de Jesus, para as compras do mês.

no entanto, isto não infere no comércio de Enseada, já que os funcionários pernoitam em São Roque do Paraguaçu onde ficam seus alojamentos.

O funcionário também declara que este cartão tem sido usado de diferentes formas pelos trabalhadores, pois sendo um cartão também aceito em outros comércios de outras cidades, há trabalhadores que o deixam com seus familiares, como uma renda a mais na compra de alimentos da família e passam a trazer alimentos de casa para o consumo da semana.

Há ainda a declaração de que alguns funcionários “vendem” o cartão Vale Refeição para terceiros realizarem compras, e outros, a exemplo do depoente, acumulam o valor por alguns meses e compram objetos de valores mais elevados, como o notebook que o entrevistado comprou em um supermercado da cidade de Cruz das Almas/BA, após economizar por três meses o valor do cartão.

Podemos entender a ação dos trabalhadores como estratégia de sobrevivência. E se o Empreendimento quer contribuir diretamente com a economia local, tem que buscar outras estratégias em conjunto com a comunidade para garantir a circulação interna da moeda.

Voltando a criação de novos comércios em Enseada, gerados a partir da vinda do Empreendimento, estes têm sido uma nova fonte de renda para os proprietários, porém ainda não tem condições de garantir empregos para um número significativo de funcionários, haja vista que normalmente são comércios que se utilizam de mão de obra do grupo familiar. Mas para os pescadores e marisqueiras, estes comércios tem sido importantes para a compra da produção do pescado e marisco, pois na contramão da diminuição do produto na comunidade, a abertura destes pontos de comércio, principalmente de locais para refeições, tem aumentado sua procura, o que leva os entrevistados a assegurar que aqueles que conseguem pesca-lo ou mariscá-lo não deixam de vender.

A procura do marisco e do pescado por atravessadores⁸⁸ também têm aumentado, que após a compra, revende em estabelecimentos comerciais do ramo da gastronomia de cidades do entorno. Segundo os entrevistados, o problema é que para conseguir uma quantidade favorável do pescado, principalmente do marisco, é uma semana inteira de trabalho para alcançar a quantidade semelhante a que se conseguia em apenas um dia de trabalho.

⁸⁸ Nome dado pelos populares aos que compram a mercadoria para revendas.

6.2 MEDIDAS MITIGADORAS EM CONFLITO COM A PNPCT

Segundo o EIA/RIMA (2009), um dos pontos favoráveis à implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, seria a diminuição do esforço pesqueiro na Baía do Iguape, por conta de novos postos de trabalho gerados por este Empreendimento. No entanto, com o desemprego e constante rodízio de quase todos os trabalhadores com os perfis acolhidos nas etapas iniciais do Empreendimento, o aumento do esforço pesqueiro, também previsto neste documento, que só ocorreria com a desmobilização gradual ao término das obras, (apontado como um problema cumulativo de médio a longo prazo), já foi sentida após o primeiro ano de início da construção do Empreendimento.

Com o desemprego, os pescadores de Enseada do Paraguaçu já retornaram as suas atividades pesqueiras, mas estes EX-TRABALHADORES do Empreendimento, enfrentam outro problema, que é a “impossibilidade momentânea” de acessar um dos benefícios da rede de proteção social a eles destinados, que é receber o auxílio DEFESO. Esta exigência trata-se de uma das implicações por terem exercidos outro tipo de trabalho no período entre o último auxílio e o atual.

Além de terem que cumprir o prazo de cerca de doze meses sem exercer outra profissão, eles terão que comprovar novamente a sua vinculação com a pesca. E não recebendo o auxílio DEFESO durante a reprodução das espécies, os entrevistados não garantem ficar sem realizar suas atividades pesqueiras, o que coloca em risco espécies já em extinção, refletindo-se em um futuro preocupante para o já sobrecarregado esforço pesqueiro na região da Baía do Iguape.

Como medida mitigatória para atuar na sobrecarga do pescado com a desmobilização dos trabalhadores do Empreendimento, estar descrito no EIA/RIMA para serem realizados:

[...] treinamentos de funcionários em empresariado e administração de pequenos negócios, voltados para os setores de comércio e serviços, recolocação de funcionários em outras obras e aproveitamento de pessoal das obras (quando tecnicamente possível) na operação do empreendimento. (EIA/RIMA, 2009, ITEM 7, p. 36).

Há ainda os cursos de padeiro, confeitoiro, cabeleireiro, manicure, costureira, cozinheiro, eletricitista, encanador, mestre de obras, motorista e mecânico, dentre outros, que serão ofertados para as comunidades da Área de Influência Direta do Empreendimento⁸⁹.

No entanto, embora entendendo a importância de medidas mitigadoras e compensatórias para agir nos impactos causados pela implantação do Empreendimento, estes cursos propostos no EIA/RIMA (2009), parecem ser uma tentativa de criar novos perfis profissionais, os quais moradores de outras áreas do seu entorno podem até se beneficiar, porém, no que concerne a realidade das dezenas de comunidades pesqueiras da Baía do Iguape, que apresentam particularidades econômicas, culturais e sociais de interação com a pesca, com a terra, com a natureza, e em especial do quilombo Enseada do Paraguaçu, cujas 200 famílias convivem em uma área com características rural/ribeirinha, além de tornar-se muito distante de suas realidades, tendem a impulsionar a saída de sua população de seus lugares de origem, uma vez que continuando com o ofício direcionado por estes cursos, não há demanda local para absorvê-los.

Os cursos e capacitações indicados como medidas mitigadoras no EIA/RIMA (2009), podem vir a criar o que Viveiro de Castro (2013), chama de clássico e mortífero impacto causado pela mitigação do impacto, que é quando medidas mitigadoras, exigidas e/ou realizadas, se tornam tão ou mais nocivas que a própria ação que necessitou da medida.

No caso de Enseada do Paraguaçu, é muito provável que as medidas por ora propostas, gerem necessidades futuras de novas medidas para agir sobre seus efeitos, pois no que concerne à construção de novas identidades profissionais que impulsionam a saída da população de seus lugares de origem, Little (2005) chama atenção para o fato de que ainda que povo se comunidades tradicionais⁹⁰ carreguem consigo sua identidade, para onde quer que se desloquem ou como escolham interagir social, cultural e economicamente, as mudanças nestes aspectos trazem de

⁸⁹ Ou seja, não só para a área em questão, mas para moradores de toda a Área de Influência Direta, que corresponde aos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara. (EIA/RIMA, 2009).

⁹⁰ Por Povos e Comunidades Tradicionais entendem-se grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; A população indígena também é coberta por esta Política. (BRASIL, DECRETO Nº 6.040/2007).

negativo para a comunidade a impossibilidade de acessar as Políticas a elas direcionadas, já que ao incorporar novas identidades que modifiquem radicalmente sua forma de vida, desenvolvendo práticas econômicas insustentáveis, não mais poderão se beneficiar da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que foram criadas para atender a esta população, respeitando suas características.

É importante salientar que a ideia de desenvolvimento sustentável para comunidades e povos tradicionais apoiado na PNPCT, visa justamente à permanência das comunidades nos seus locais de origem, evitando migrações involuntárias. Se não é dado a estas populações condições de se manter dignamente em seus locais de origem, há uma migração em busca de sua subsistência, portanto, involuntária. Little (2005), afirma que ainda que novas práticas sejam introduzidas nestas comunidades, suas particularidades devem ser respeitadas em qualquer proposição de Políticas, Projetos, Programas, enfim, quaisquer ações para elas direcionadas.

Sendo assim, o risco de ações não condizentes com o perfil de povos e comunidades tradicionais, está em descaracterizar estas comunidades, deixando de serem pescadores, marisqueiras, produtores rurais, para serem pedreiros, carpinteiros, empresários e administradores DESEMPREGADOS, sem acesso as Políticas e ainda mais vulneráveis.

7 A POPULAÇÃO INDICANDO PROPOSTAS: “o mangue e o rio precisam descansar”

Reconhecendo o potencial da comunidade para o desenvolvimento de técnicas de pesca e mariscagem e as possibilidades de introduzirem novas tecnologias sociais para agregar as já por eles desenvolvidas, este capítulo apresenta uma proposta de intervenção a partir de indicações da própria comunidade.

7.1 O SABER TRADICIONAL - UMA TECNOLOGIA SOCIAL

Com as medidas apontadas no EIA/RIMA (2009), voltadas a compensar e mitigar os efeitos socioeconômicos do Empreendimento, mas sem apresentar utilidades práticas viáveis e com reais condições de mudanças para o quilombo de Enseada do Paraguaçu, seja pela impossibilidade de acesso aos cursos de capacitação profissional ou porque os descaracterizam de sua condição de “povos e comunidades tradicionais”, é que durante as entrevistas e conversas informais se buscou da própria comunidade indicações de ações que pudessem lhes garantir a continuidade de seu trabalho com a pesca e o marisco (se assim quisessem).

Para tal, quase sempre as conversas iniciadas pelos entrevistados era afirmando que o “mangue e o rio precisam descansar⁹¹”, como podemos observar abaixo na fala de dois dos entrevistados:

É preciso dar trabalho para uma parte destes pescadores. Tem muita gente e muita arte no rio⁹². Não tem como ter peixe pra tanta gente. Mas se alguns tivesse trabalho, o rio poderia descansar. (C. 60 ANOS).

O que tá precisando aqui na região para salvar o mangue, é ter um viveiro de ostra e outro tipo de trabalho para diminuir o tanto de gente que vive dele. Só assim ele vai se descansar e renovar. (B.D. 54 ANOS).

⁹¹ Quando os entrevistados falam de ‘deixar o rio e o mangue descansar’, geralmente falavam de todas as comunidades pesqueiras da Baía do Iguape. Para eles é necessário indicar novas fontes de renda para todas elas.

⁹² O pescador se refere a tipos de artes de pesca.

Assim, para a continuidade do trabalho com o pescado surgiram como propostas: a criação de espécies em cativeiros e a construção de locais para beneficiamento do pescado.

Para os entrevistados, o pescado produzido na comunidade, tanto poderia ser vendido inteiro ou beneficiado e ainda poderia se pensar quanto à possibilidade de se construir um restaurante, gerido pela comunidade, para atender a demanda do aumento de pessoas que transitam no local, e/ou servindo a funcionários do Empreendimento. Esta indicação torna-se pertinente, primeiramente porque se revisto o tópico 6.1, veremos que para estas sugestões existem demandas, pois na contramão da diminuição do pescado na comunidade, a sua procura tem aumentado, e segundo, pelo motivo de que se a produção chegar a este estágio pode ser um vetor de escoamento, não só do pescado da comunidade, como também de outras comunidades ribeirinhas, ao comprar os produtos de outros pescadores.

Há de se pensar ainda, que com a falta de espaço e terreno adequado a plantações na comunidade, que é arenoso pela proximidade com o rio e com o mar, a criação de peixes e mariscos em cativeiro pode dar lugar a outras atividades que estão relacionadas com esta prática, a exemplo de hortas hidropônicas⁹³, que podem ser alimentadas com as águas e resíduos provenientes dos tanques de peixes.

O fomento a ações como esta, tem conseguido apoios institucionais e governamentais diante do crescente interesse em torno da temática de 'Tecnologia Social' como propulsora de economias locais. O termo 'Tecnologia' ligado ao 'Social' é utilizado não necessariamente enquanto uma vertente ligada às ciências tecnológicas e sim, refere-se a conhecimentos socialmente produzidos, que tem como característica central a utilização de produtos, técnicas e metodologias que são desenvolvidas e/ou apropriadas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida, ou seja, são ações que buscam responder a demandas sociais, a serem emancipadora, desenvolverem a participação, visando à sustentabilidade econômica, social e

⁹³ Hidroponia consiste em cultivar as plantas sem solo, onde será fornecida uma solução nutritiva balanceada com água e todos os nutrientes essenciais ao desenvolvimento da planta. Disponível em: <http://www.portalhidroponia.com.br/o-que-e-hidroponia> Acesso em: 09/2014.

ambiental, gerando aprendizados e geralmente são fáceis de serem reaplicáveis em escalas. (LASSANCE Jr., PEDREIRA, 2004).

A Universidade, que é um importante vetor legitimador de desenvolvimento de novas tecnologias, como discorre Lassance Jr. e Pedreira (2004), pode ser muito importante neste processo, em especial a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que possui cursos de extrema relevância para este fim, como o são os de Gestão de Cooperativas, Serviço Social, Engenharia de Pesca, Nutrição, Engenharia Sanitária e Ambiental e importantes cursos de Pós-Graduação, com destaque para o curso de Pós-Graduação em Ciência animal, em que um estudante no início de 2013, desenvolveu um projeto denominado de “PeixeFácil”, para a criação de Tilápias em cativeiro.⁹⁴

O conjunto destes cursos é necessário, porque não é só indicar a ação, mas atuar com a comunidade desde o fortalecimento da Associação, a percepção da necessidade do trabalho em conjunto e a construção, planejamento e execução do projeto, os impulsionando a autogestão, em que todos os trabalhadores são gestores e todos os gestores são trabalhadores, desenvolvendo assim a participação construtiva indicada por Bunch (1995).

Os investimentos com os projetos de criação de espécies em cativeiros e a construção de locais para beneficiamento fazem parte de programas governamentais, tanto no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério da Pesca e Aquicultura, quanto no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a inclusão Social e também com o Programa de Tecnologia Socialmente Sustentável. Neste contexto, no estado da Bahia, além de outros projetos e programas, têm-se o programa “**Bahia Pesca - Caranguejo-Uçá**”, o projeto “**Pescando Renda**”, e o programa de inclusão produtiva “**Vida Melhor Urbano**”.

O programa **Bahia Pesca - Caranguejo-uçá** começou a ser desenvolvido em 2007, quando foi implantado um laboratório de reprodução do caranguejo-uçá na Fazenda Experimental Oruabo, no município de Santo Amaro/BA. Na unidade de pesquisa da Bahia Pesca, as fêmeas com ovos e as larvas do caranguejo são preservadas em tanques especiais, com a assistência de biólogos, para assegurar a reprodução e o repovoamento da espécie, com a liberação, posterior, em ambiente

⁹⁴ Disponível: <<http://www.ufrb.edu.br/agencia/externas/3492-ufrb-apresenta-na-bahia-pesca-nova-tecnologia-para-criacao-de-tilapia-no-semiarido>>. Acesso em: 02/2014.

natural. 500 mil filhotes já foram soltos. A iniciativa conta recursos do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza (FUNCEP)⁹⁵.

O projeto “**Pescando Renda**” atua desde 2007 em comunidades pesqueiras na conscientização de cuidados com os elementos da natureza e com a saúde do trabalhador, assim como também investindo em projetos de associações, com concessões de materiais e auxílios financeiros. O projeto tem por público alvo comunidades em situação de pobreza, dentre eles os quilombolas, indígenas, pescadores, artesãos, marisqueiras, assentados e acampados⁹⁶.

O programa “**Vida Melhor Urbano**” tem como iniciativa promover ações direcionadas aos empreendimentos populares e solidários, apoiando os produtores individuais, familiares ou associados, tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais. O programa garante assistência técnica, apoio à comercialização, crédito assistido, qualificação, transferência de equipamentos e insumos. Em junho de 2014 a comunidade quilombola do bairro de São Tomé de Paripe, em Salvador, recebeu a cozinha comunitária. Os equipamentos integram as 14 cozinhas do projeto ‘Redes de Cozinhas Solidárias’ executado em parceria com a Associação Vida Brasil⁹⁷.

Quanto aos incentivos financeiros e de suportes ao projeto em Enseada do Paraguaçu, além de instituições governamentais, o Empreendimento Enseada Indústria Naval pode ser acionado para atuar em contrapartida, sendo inclusive uma das exigências justificáveis já que o Empreendimento ocupou terras historicamente utilizadas pelos quilombolas de Enseada, suprimindo suas áreas de pesca e mariscagem, que são suas principais fontes de sobrevivência. E por se tratar da sobreposição de um território quilombola, agrava-se o quadro, pois a localização do Empreendimento infere diretamente na redução da titulação de suas terras, tendendo apenas para onde estão localizadas as moradias, sem acesso aos recursos ambientais necessários para a sobrevivência física e cultural desta comunidade.

No entanto, faz-se pertinente ressaltar que as propostas aqui sinalizadas a partir das indicações da população não passaram por estudo aprofundado quanto à viabilidade da criação/reprodução das espécies para a área em questão, respeitando

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/?p=639>> Acesso em: julho de 2014.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/pescando_renda> . Acesso em: 07/2014.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/vida_melhor> / <<http://www.paripe.net/mais-noticias.php?url=entrega-de-cozinha-comunitaria-beneficia-quilombolas-em-sao-tome-de-paripe#.VHd8-DHF9u4>>. Acesso em julho de 2014.

aspectos como espécie nativa e custo benefício. Mas acredita-se que na implementação de projeto com estas características, além destes aspectos, deve também ser considerando a indicação de espécies cujo manejo se aproxime da realidade vivenciada pela população direcionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, pautado no método de abordagem dialético marxista e no método de procedimento etnográfico, teve como objetivo central descrever e analisar os impactos sociais e econômicos decorrentes da implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, sobre o território quilombola Enseada do Paraguaçu em Maragogipe/BA, a partir do ponto de vista de seus moradores, de como eles percebem o Empreendimento e as mudanças decorrentes desta implantação em seu território.

As informações e impressões coletadas durante as pesquisas de campo revelaram que o cenário propiciado pela implantação do Empreendimento Enseada Indústria Naval, ainda que tenha trazido ganhos financeiros por determinado tempo para alguns membros de Enseada do Paraguaçu, seja com a doação de auxílio durante a dragagem, ou empregando, principalmente homens, no ramo da construção civil, tem gerado insegurança na comunidade quanto ao seu futuro, dividindo opiniões.

De um lado, os moradores alegando não querer para seus filhos as mesmas dificuldades por eles enfrentadas, almejam serem acolhidos nos postos de trabalhos ofertados pelo Empreendimento, mas passando a fase da mão-de-obra civil, não sabem indicar qual função exercer. Para estes, sobretudo para os jovens, o sonho tem sido alimentado pelos cursos ofertados tanto pelo Empreendimento, quanto Órgãos e empresas instaladas em regiões vizinhas. Mas o cenário vivenciado na comunidade permite concluir de que ao almejar esses cursos de capacitação para disputar uma vaga no Empreendimento, a população de Enseada na verdade não está realizando uma “escolha”, mas sim, é a que se apresenta como única possibilidade de manutenção da sua unidade familiar.

De outro, há os que desejam continuar na pesca e mariscagem, porém reconhecendo que o espaço já não mais oferece condições que lhes garantam peixes e mariscos o suficiente para a manutenção pessoal, familiar e da comunidade.

No início das pesquisas de campo, a população, ainda que com tristeza por ver a degradação, até então em sua compreensão, apenas ambiental, demonstrava esperanças em mudanças nas suas condições de vida com a implantação do Empreendimento, principalmente na área econômica, com a oportunidade de

empregos. No entanto, na medida em que a implantação do Empreendimento avançava com as etapas das obras, o sonho do emprego e da mudança de vida tornou-se cada vez mais distante. E antes de findar as etapas das pesquisas, os moradores desolados com a impossibilidade de acessar o mercado de trabalho ofertado pelo Empreendimento, já conseguiam apontar mudanças causadas por sua implantação.

A partir das falas dos entrevistados, identificam-se alguns desses impactos já expostos no corpo do trabalho⁹⁸ e agora apresentados resumidamente, sendo:

- **Supressão vegetal** - em que o Empreendimento além de sobrepor-se a parte do território usado pelos quilombolas de Enseada, causou a perda da área de mangue da comunidade, suprimindo seu espaço de interação social;
- **Obstrução da passagem pelo Empreendimento** - que além da delimitação de 150 metros em torno do Empreendimento, inclusive marítima, impossibilitando a pesca e passagem de barco nesta área, causou danos aos materiais de pesca, obstruiu a ida a pé a outros locais de mariscagem, impedindo que mulheres mais idosas, cujas condições físicas não as permitem transitar em embarcações, continuem a exercer suas funções de marisqueiras. Com isto o aprendizado entre gerações não acontece, o que pode ser o motivo do desconhecimento de espécies entre as jovens marisqueiras, assim como também, o surgimento de novas técnicas de pesca, nocivas às espécies;
- **Oferta de trabalhos ocasionais** - que impulsionam novas identidades profissionais para exercer os postos de trabalhos ofertados, mas por curto período de tempo, em que logo estão desempregados. De imediato os pescadores têm seu auxílio DEFESO suspenso por no mínimo um ano até que consigam novamente comprovar sua vinculação com a pesca. E sem receber este auxílio, não podem deixar de pescar durante o período de reprodução dos peixes, o que piora as condições de sobrecarga no pescado, com risco de desaparecimento de espécies na Baía do Iguape;

⁹⁸ Ver resumo de impactos na **Tabela 02** ao final deste capítulo.

- **Especulação fundiária e imobiliária** - com negociações de terras possíveis de serem tituladas para a comunidade quando concluir o processo de demarcação. A especulação tem elevado o custo dos imóveis que impedem que pessoas da comunidade os adquiram, mas ainda assim, estes preços são agradáveis a terceiros, que os tem adquiridos. Sem a fiscalização devida, tende a aumentar o número de construções irregulares, não só pelos prédios em si, como também por desmatamento de áreas. A compra dos imóveis por terceiros que passam a residir na localidade, faz com que diferentes culturas passem a interagir, o que tende a construção de novas categorias de identidades surgidas destas possíveis interações.

É importante salientar que todos estes impactos tendem a culminar com a diminuição e até extinção de espécies (plantas, peixes e mariscos), não apenas pela supressão de áreas, mas também pelo mau uso e sobrecarga de uso que se passa a fazer dos espaços. Seja com construções irregulares nas áreas de manguezais, seja por terceiros que desconhecem a prática da pesca e da mariscagem, ou pela concentração de pescadores em pouco espaço, não dando tempo de renovação para as espécies.

As proposituras indicadas pela comunidade, com a criação de espécies em cativeiros e a construção de locais para beneficiamento do pescado, são reproduzidas também como indicação deste trabalho, por acreditar que têm probabilidades reais de serem aplicadas, haja vista que irão desenvolver trabalhos já por eles conhecido, o produto tem demanda, como mostra o tópico 6.1, e é possível de se construir parcerias de apoio a este tipo de projeto. E por fim, apresenta-se como uma oportunidade de assegurar a base financeira da comunidade e os manterem cobertos pela PNPCT.

No entanto, faz-se pertinente ressaltar que diante do constante processo de movimentação em que se encontra a população de Enseada, vivenciando dilemas internos com o “recente” reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo e sua luta pela terra, assim como também dilemas externos impulsionados por ações do Empreendimento, ou para este, a proposta não se configura em um produto pronto, e sim uma indicação a ser aprofundada coletivamente com a comunidade, atendendo seus anseios e adequando aos apoios recebidos.

Respeitar e entender este processo de ebulição da comunidade segue em consonância com o referencial metodológico abordado neste trabalho, pautado no método dialético o qual permite a compreensão de que neste cenário, os desejos e aspirações da comunidade podem mudar constantemente com as interferências a que estão expostas.

Por fim, espera-se que o presente trabalho possa contribuir com o debate entre a Academia, Empreendimento e Governos locais, assim como também, suscitar novas inquisições e proposições que influam positivamente na realidade do quilombo Enseada do Paraguaçu.

Tabela 2 – Resumo de impactos.

**Implantação do
Empreendimento
Enseada Indústria Naval**



Fonte: Constran.com.br

	Supressão vegetal;	Obstrução da passagem pelo Empreendimento;		Oferta de trabalhos ocasionais;	Especulação fundiária e imobiliária.
		Para Pescadores	Para Marisqueiras		
Perda da área de mangue na comunidade;		Delimitação do espaço de pesca;	Impossibilidade de ir a pé ao local de mariscagem;	Impulsiona novas identidades profissionais;	Negociação de terras possíveis de serem tituladas para a comunidade;
Falta de espaço de interação social;		Afugenta os peixes do canal;	Senhoras mais idosas não mariscam mais;	Suspensão do auxílio DEFESO;	Venda de imóveis a terceiros;
		Constante risco de virar as embarcações;	O aprendizado intergeracional não acontece;	Retorno à pesca sem respeito ao tempo de desova das espécies;	Construções irregulares;
		Estragos com os materiais de pesca;	Marisqueiras novas não diferem espécies machos de espécies fêmeas;	Sobrecarga da atividade pesqueira na Baía do Iguape;	Diferentes culturas passam a interagir no mesmo espaço;
		Deslocar-se cada vez mais longe;	Surgimento de novas técnicas de pesca;		Novas categorias de identidades;

DIMINUIÇÃO E ATÉ EXTINÇÃO DE ESPÉCIES (PLANTAS, PEIXES E MARISCOS).

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisas de campo e bibliográficas - 2013/2014.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Rossandra Mara. **Exportação e Importação: conceitos e procedimentos básicos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

BAHIA. EIA-RIMA do estaleiro Enseada do Paraguaçu, Bahia. Salvador: SUDIC, 2009.

BELO, Mirian Terezinha Silva. **Projeto Popular para o Brasil: Modelos de desenvolvimento em disputa**. Cartilha da Articulação em Políticas Públicas e Assembleia Popular. Salvador: Belo Visual Gráfica, 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cartilha-projeto-popular-brasil.pdf>>. Acesso em: 19/03/2014.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Maragogipe, Bahia. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/maragogipe_ba>. Acesso em: 24/03/2014.

_____. IBGE CIDADES. Maragogipe. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292060&search=||in fogr%20E1ficos:-informa%20E7%20F5es-completas](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292060&search=||in%20fogr%20E1ficos:-informa%20E7%20F5es-completas)> Acesso em: 24/01/2014.

_____. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011

_____. Ministério do Meio Ambiente. Parecer Técnico Nº 042/2010–COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA. Disponível em: <<http://comissaoproiquape.files.wordpress.com/2010/05/parecer-tecnico.pdf>>. Acesso em: 09/2012.

_____. Decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: Janeiro de 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010. Brasília. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2007/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf> Acesso em: 27/03/2014.

_____. Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: janeiro de 2013.

_____. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUNCH, Roland. **Duas espigas de milho**: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

BURGOS, Rosalina. Múltiplas definições de território e a proposição de uma concepção integradora. *In*: _____; SILVA, Simone Rezende. “Sobreposição de territórios” nas frentes de expansão do capital: contribuição para a análise de conflitos sócio-territoriais no contexto da “questão ambiental”. Peru: 14 EGAL (Encontro de Geografia da América Latina), 2013.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectiva Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. São Paulo: BIB, 2006, p. 25-52.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. Nativo Relativo. MANA 8(1):113-148, 2002.

_____. Entrevista a Folha de São Paulo, sobre as medidas mitigadoras direcionadas aos índios do Xingu afetados na construção da hidroelétrica Belo Monte. 16/12/2013. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-4-povos-indigenas.html>>. Acesso em: 02/08/2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**:1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COMISSÃO PRÓ-IGUAPE. **PÓLO NAVAL X RESEX do Iguape**: Conflitos entre a Legalidade, Legitimidade e sócio-biodiversidade. Salvador: Comissão Pró – Iguape, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. PESCA E MARGINALIZAÇÃO NO LITORAL PAULISTA. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1973. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf>>. Acesso em: 18/08/2014.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. Tradução: Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – Coleção Tópicos.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. Dicionário Globo. 49 ed. São Paulo: Globo, 1998.

FIGUEREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraya Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**: da redação científica à apresentação do texto final. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GOMES, Gilmar; BECKER, Cássio Luciano. **Tecnologia Social**: isso serve para que mesmo? In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lúcia Suárez (Org.). *Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 13-16.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2006. 11ª ed. Tradução: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; LOURO, Guacira Lopes.

Ham, C. e Hill, M.: O papel do estado. In: _____. O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderna. 2 edição. 1993. Tradução de AMORIM, Renato; DAGNINO, Renato. Programas de Capacitação do GAPI-UNICAMP. p. 39-70.

IAIA - International Association for Impact Assessment. **Avaliação de Impactos Sociais**: Princípios Internacionais. Disponível em: <http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/What%20is%20IA_pt.pdf / http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/SP2_pt.pdf>. Acesso em: 30/03/2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, n.3, jan.-jun, 2001, p. 09-32.

IVO, Anete Brito Leal. **O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO:** do mito fundador ao novo desenvolvimento. CADERNO CRH: Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

_____. **Viver por um fio:** pobreza e política social. São Paulo: Anablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008. (Trabalho e Contemporaneidade).

LARA. R. O Serviço Social e os descaminhos da pesquisa na Universidade “moderna”. Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, ano 3. n. 6, 2007.

LASSANCE Jr, Antônio E; PEDREIRA, Juçara Santiago. **Tecnologia social:** a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 83-116.

LITTLE, Paul E. Mapeamento Bibliográfico. In: Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil. Luziânia - DF, 17-19 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/arquivos/relatorios/PDF%20-%20I%20Encontro%20Nacional%20de%20Comunidades%20Tradicionais.pdf/view>>. Acesso em: 07/04/2014.

_____. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** Por uma Antropologia da Territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropológica).

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MARAGOGIPE. Plano Diretor de Desenvolvimento de Maragogipe/PDDM. Maragogipe: Prefeitura Municipal de Maragogipe, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NETTO, José Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. (p. 64-93) *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica, 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

O'DWYER, Eliane Catarino. **Terras de quilombo no Brasil**: Direitos territoriais em construção. *In*: ALMEIDA, Alfredo Berno de Almeida (Orgs) [et al]. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA, 2010. p.41-48.

OLIVEIRA, Rosy de. **O Barulho da terra**: Nem Kalunga nem Camponeses. Curitiba: Ed. Progressiva, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PEDRÃO, Fernando. Novos rumos, novos personagens *In*: BRANDÃO; Maria de Azevedo, org. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. (p.217-239).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Campinas: Rev. Economia e Sociedade. v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.

_____. A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma. Lua Nova. Disponível em:

http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf Acesso em: 11/08/2014.

PWC, PriceWaterhouseCoopers. Estudos de Impactos Econômicos. Disponível em: http://www.pwc.es/es_ES/es/sector-publico/assets/brochure-estudios-impacto-economico.pdf Acesso em: 08/04/14.

PROST, Cathérine. Resex marinha versus polo naval na baía do Iguape. Novos Cadernos NAEA. v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

RODRIGUES, Taila Albuquerque; SALVADOR, Evilásio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais / The implications of the Growth Acceleration Program (PAC) on Social Policies. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Paula Yone Stroh (Org). Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 2003.

_____. O dinheiro e o território. In: *GEOgraphia*– Ano. 1 – N. 1 – São Paulo. USP, 1999.

SANTOS, Carlos Eduardo Lima dos. **Revitalização do Canteiro de São Roque do Paraguaçu e constituição do Pólo Naval da Bahia**: perspectivas e impasses. XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG. UFMG – Campus Pampulha 2012.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. São Paulo: Ática, 1983.

TEIXEIRA, Maria Joaquina. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009. p.553-574.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da Questão Social no Brasil. *In: Revista Temporalis*, ano 2, n.3, 2001, p.33-39.

ZAGATO, Bruna. **“Eu sou marisqueira, lavradora e quilombola”**: Uma análise do processo de construção da identidade nas comunidades rurais do Guaí, Maragogipe, Bahia. Salvador: UFBA, 2011.

APÊNDICES

QUESTÕES QUE DIRECIONARAM AS ENTREVISTAS

QUESTÕES GERAIS

- Identificação do Entrevistado: Idade:
 - É da comunidade, ou mudou-se para ela? Quando?
 - Grau de Escolaridade (estudou até que série?):
 - O Sr (a) tem filhos? Se sim, quantos?
 - Sua moradia é própria? (paga algum valor pelas terras?)
 - Quantas pessoas moram com o Sr(a)?
 - Qual o grau de parentesco?
 - Algum deles recebe auxílio de Programas ou Projetos do Governo, a exemplo do Bolsa Família, DEFESO?
 - Qual sua profissão /ocupação?
 - Já exerceu outra atividade ou profissão? Se sim, qual?
 - Qual sua principal fonte de renda?
 - Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?
 - Você é associado a alguma organização ou associação? Se sim, qual?
 - O que levou você a se associar?
 - De que forma é escolhida a liderança desta associação?
 - Os associados são convocados para discutir questões da organização?
 - Onde faz suas compras de gêneros alimentícios e/ou outros produtos?
 - Após a implantação do Estaleiro, alguma casa ou comércio já foi construído/instalado na comunidade?
-

AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

- Como se dá acesso a:

Água: _____

Energia elétrica: _____

Saúde: _____

Educação: _____

Saneamento: _____

Moradia: _____

Transporte: _____

Estrada: _____

Lazer: _____

- O acesso a estes serviços sempre foram assim?

RELAÇÃO COM O EMPREENDIMENTO

- Como o Sr (a) ficou sabendo da implantação do novo Estaleiro na comunidade.

- Muitas pessoas da comunidade tem conseguido trabalho no Estaleiro? Por quê?

- O Sr (a) trabalha para o empreendimento e/ou tem alguém da família que trabalha?

- Caso não haja ninguém – Se o Estaleiro oferecer vagas de empregos, você está disposto a aceitar? Se sim, fazendo o que? Se não, por quê?

- O que é necessário para se empregar no empreendimento?

- O Estaleiro e/ou algum órgão público tem ofertado cursos profissionalizante para a comunidade? Se sim, quais?

- Se pudesse escolher, qual curso gostaria de participar?

- O Sr (a) considera que o Estaleiro trouxe algum tipo de mudanças:

Para você; _____

Sua família; _____

Para a comunidade; _____

SE O ENTREVISTADO FOI ou FOR PESCADOR OU MARISQUEIRA

- Quando, como e com quem aprendeu a pescar/mariscar?
- Qual a situação atual dos pescadores e marisqueiras em relação a:

Coleta/pesca:

Comercialização:

- Gostaria de continuar com o trabalho do pescado?
- O que poderia sugerir para que o Sr (a) e/ou sua família pudessem continuar a trabalhar com a pesca/marisco?
- O Sr (a) certamente tem planos próprios para o futuro e para sua família. Fale um pouco sobre esses projetos de futuro. – desejaria continuar na comunidade; continuar pescador; tomar algum curso ou pagar para seus filhos...

SE O ENTREVISTADO FOR COMERCIANTE

- Há quanto tempo tem o comércio?
- O que o (a) levou a iniciar este comércio
- Está satisfeito com o seu comércio?
- Onde adquire os produtos que revende?
- Quem consome seus produtos?

OBS:

ANEXOS

RELÇÃO DOS ANEXOS⁹⁹

Anexo A (Figura 15) – Mapa da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape.

Anexo B – Autorização para a construção e exploração do EEP.

Anexo C – Documento de identificação da área adquirida pelo EEP.

Anexo D – Certificado e Declaração dos espaços de uso para o EEP.

Anexo E – Novo registro da área adquirida pelo EEP, com a junção das três fazendas.

Anexo F – Documentos de Compra, Venda, Pagamento e Quitação das fazendas “Gurjão, Cruzeiro da Enseada e Boa Vista do Gurjão e Dendê”.

⁹⁹ Anexos B, C, D, E e F, Disponíveis em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/PDF/AnunciosPublicos/maragogipe/EstaleiroEnseadaParaguacuSAMaragogipeBA.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2013. (Observação: O documento original apresenta em sua sequência, a ausência de algumas páginas).

Anexo A –

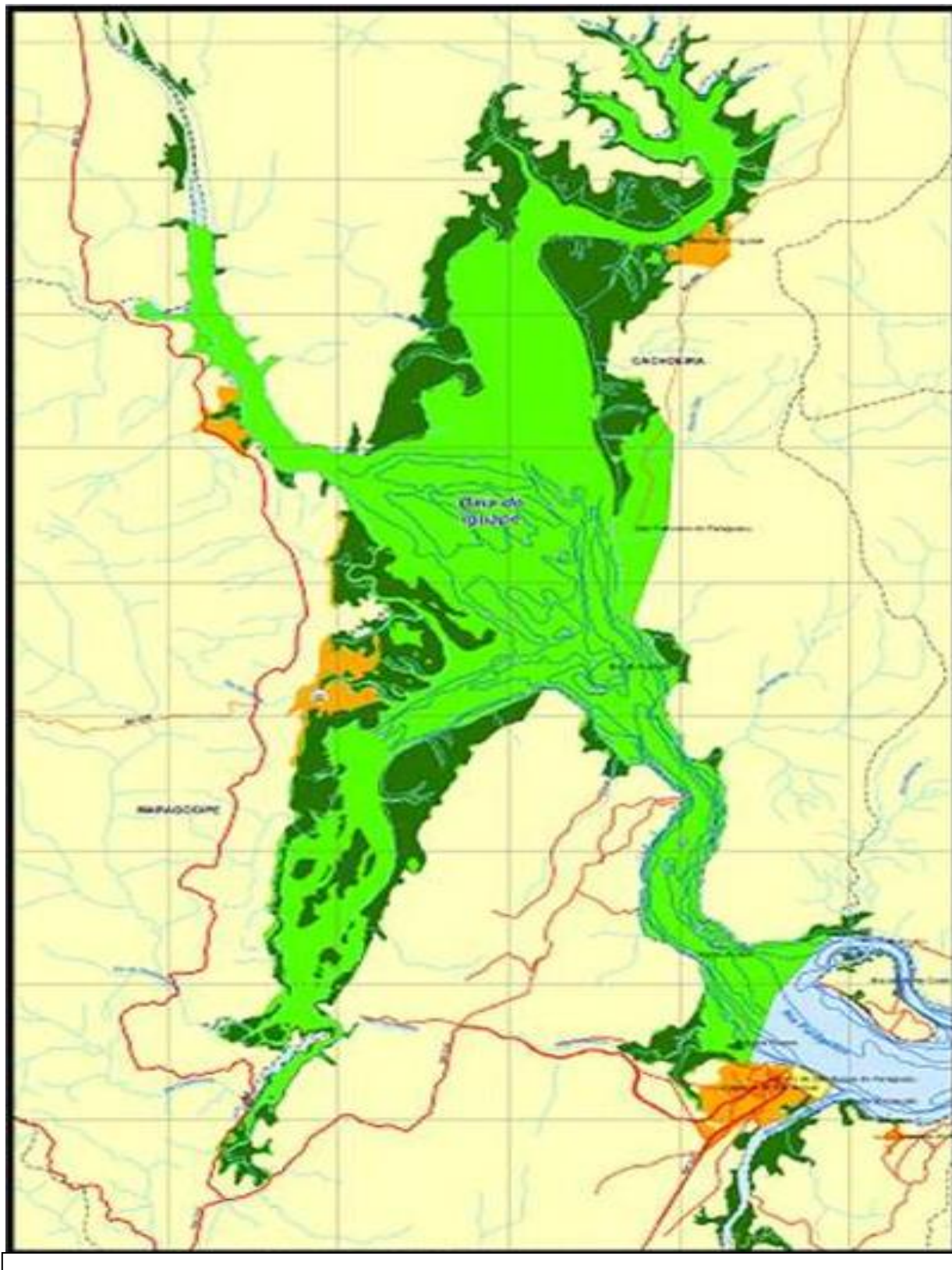


Figura 15 - Mapa da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape
Fonte: Fundação Vovó do mangue, 2013.